



# Anais da Assembléia

Nº 34

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1979.

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1979

### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Deni Schwartz e José Domingos.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguo Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### EMENDA:

### PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Artigo único — O art. 94 da Constituição do Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 94 — O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território estadual, compõe-se de vinte e seis desembargadores, cujo número, mediante proposta do Tribunal, poderá ser alterado por lei.”

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

### (a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoio: Nilso Sguarezi, Tércio Albuquerque, Adalberto Daros, Antônio Facci, Darcy Deitos, João Elísio, Quielse Crisóstomo, Nelton Friedrich, Airton Cordeiro, Gabriel Manoel, Ezequias Losso, João Mansur, Deni Schwartz, Renato Bernardi, Mário Celso, Francisco Escorsin, Cyro Martins, Erondy Silvério, Ivo Thomazoni, Pinto Dias, Tadeu Lúcio Machado, uma assinatura ilegível.

### JUSTIFICATIVA:

O artigo 94 da Constituição Estadual, em uma redação atual, diz que o Tribunal de Justiça compõe-se de VINTE DESEMBARGADORES.

Ocorre, que, o Diário Oficial do Estado n.º 526, de 11 do corrente, publicou a Lei n.º 7112, de 10 de abril de 1979, criando mais 6 (seis) cargos de Desembargador.

Conseqüentemente, a redação do artigo 94, da Constituição Estadual, deve ser atualizada na forma da presente proposição.

### REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à família de Antônio Carneiro Netto, cujo falecimento ocorreu no dia 23 último na cidade de Francisco Beltrão.

Requer outrossim, que do presente se dê ciência também à Câmara de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

### (a) DENI SCHWARTZ

### JUSTIFICATIVA:

1 — O Sr. Antônio Carneiro Netto, carinhosamente conhecido por “seo Totó” foi um dos pioneiros da região do Sudoeste.

2 — Serventuário aposentado da Justiça, sempre cumpriu com suas obrigações, o que o levou a ser considerado amigo de todos.

3 — Deixa uma família integrada às coisas do Sudoeste, composta pelos filhos Manoel Sady, Dirceu, Maria, Orceni, Eny, Osni, Francisco Osvaldir e Nelcy.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do menor ROMEU CISCATO BASTOS, filho do Prefeito CÂNDIDO BASTOS, de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

### (a) NILSO SGUAREZI

Apoio: Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Gernote Kirinus, Antônio Facci, Nelton Friedrich e Tadeu Lúcio Machado.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário da Casa, a inserção em ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar, pelo trágico desaparecimento do menor ROMEU LUÍS CISCATO BASTOS, filho do Prefeito de Guarapuava, ocorrido ontem, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, à Prefeitura Municipal de Guarapuava e à Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

### (aa) LEÔNIDAS CHAVES e JOÃO MANSUR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no dia 23 próximo passado, na cidade de Francisco Beltrão, do Senhor ANTÔNIO CARNEIRO NETO.

Homem probo, chefe de família exemplar, cartorário aposentado, um dos pioneiros do Município de Francisco Beltrão, o Sr. Antônio Carneiro Neto foi covardemente assassinado em sua residência, num crime que revoltou a população beltronense.

Requer-se outrossim, que do inteiro teor do presente requerimento, seja dado conhecimento à família enlutada, bem como à egrégia Câmara de Vereadores de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MANOEL JOSÉ DA COSTA CUNHA, ocorrido nesta Capital.

Nome ligado à sociedade e ao comércio curitibano, onde militou no comércio por mais de cinquenta anos, conquistando um vasto círculo de amizades em razão de sua conduta exemplar e do excelente tratamento que dispensava a todos.

O seu passamento deixa consternada a família e a sociedade, pela grande estima que desfrutava através de longos anos de profícuo trabalho e, por tudo isso, nos sentimos no dever de externar nosso profundo pesar e nossa solidariedade aos seus familiares.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, à Rua Inácio Lustosa, 205, apt.º 12, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado voto de regozijo ao Presidente e a Diretoria do Cascavel Futebol Clube pelo reingresso ao Futebol Profissional.

A presente solicitação prende-se ao fato de através do esforço de sua diretoria tornar possível o anseio dos desportistas daquela região tendo em vista não só o desenvolvimento do esporte como tal mas, ainda, do esporte como fator de integração.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, um voto de regozijo a D. Ivo Lorscheiter, pela sua eleição para a presidência da CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Ivo Lorscheiter vinha desempenhando as altas funções de secretário geral da CNBB, tendo sido eleito, agora, com 170 dos 244 votos, para presidente da referida entidade.

Filho de agricultores, D. Ivo nasceu no Rio Grande do Sul a 7 de dezembro de 1927, revelando-se como um organizador nato, incansável, desde os simples encontros de paróquias até o assessoramento a reuniões como o Concílio Vaticano II e na Secretaria Geral da CNBB.

Além disso, sempre se destacou adotando uma linguagem clara e independente, delineando as atitudes a serem tomadas, exortando os poderosos e afortunados a não esquecerem os problemas existenciais que tanto afligem o nosso povo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, REQUER sejam encaminhadas soli-

citações ao Instituto Brasileiro do Café - IBC, Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Agricultura, para que não seja concedida autorização ao grupo multinacional "MELITTA DO BRASIL - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.", quanto a exploração da moagem e torrefação de café, pois viria a prejudicar sensivelmente centenas e centenas de pequenos e médios moageiros de café, de todo o país, em especial os do Paraná, agravando, entre outros aspectos, a crítica situação da redistribuição de rendas do Brasil.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Altamente preocupante a pretensão do grupo multinacional Melitta do Brasil - Indústria e Comércio Ltda., que busca junto ao Governo Brasileiro autorização para exercer atividade no setor de moagem de café, o que viria, em pouco tempo, absorver tal setor, como já ocorreu em ocasiões diversas em outros setores, como o de sorvete.

Além do mais, o modelo concentrador hoje existente no país, mais uma vez obteria vantagens, pois o grupo alienígena viria a ocasionar a paulatina diminuição das atividades dos pequenos moageiros, espalhados pelo país e que exercem funções distributiva da renda, bem como possuem repercussão empregatícia desde os menores aos mais expressivos municípios do Brasil.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso legal de suas atribuições, solicita após ouvido o Plenário desta Casa, o envio de ofício ao Sr. Coordenador Regional do INCRA, solicitando ao mesmo, informações sobre a legalidade das áreas de terras tidas e havidas como pertencentes às "INDÚSTRIAS LUPION LTDA".

É o que se requer.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Esse pedido fundamenta-se na necessidade de esclarecimentos substanciais, baseado ainda na grande problemática ligada às indenizações que estão sendo efetuadas pela Itaipu Binacional, aos proprietários de áreas de terras que serão inundadas pelo lago e reservatório da usina hidrelétrica.

A situação de várias centenas de famílias de agricultores, que residem há vários anos em determinadas áreas de terras, e que não possuem títulos ou documentação para comprovar a situação legal ao direito indenizatório é das mais graves e angustiantes, diante da tida como legal documentação, pertencente às "Indústrias Lupion Ltda.", até então desconhecida da maioria de lavradores que, de uma ou outra forma, foram ludibriados.

A posse de títulos, ou de "posse" apenas adquirida de outros posseiros, além do pagamento dos devidos tributos, ainda é uma incógnita à estes lavradores, sobre seus direitos às indenizações, devido ao surgimento de tais documentos comprovando a legitimidade de propriedade.

Enquanto persiste esta dúvida, e enquanto os agricultores tentam sensibilizar as autoridades em prol de uma indenização mais justa, terceiros mal intencionados estão agindo como coatores desses agricultores enquadrados na situação de "posseiro" tentando o apressamento na expulsão destes, de determinadas áreas de terras.

Segundo afirma o Sr. José Costa Cavalcanti, Diretor Geral da Itaipu Binacional, em documento enviado ao Presidente desta Casa, com cópia ao Ex.º Sr. Governador do Estado, por solicitação do Ex.º Sr. Ministro das Minas e Energia, em atenção ao ofício n.º 099/79, dirigido àquele Ministro de Estado, "sempre foi preocupação da entidade binacional ace-

lerar o programa do INCRA, de regularização fundiária, para possibilitar ao posseiro, o recebimento de seu título e consequentemente perceber a indenização integral. Entre as áreas que a Itaipu encontrou com problemas de documentação, se situava a colônia "B" de Santa Helena e Sol de Maio, abrangendo terras dos Municípios de São Miguel do Iguaçu, Medianeira e Santa Helena, com aproximadamente 1.700 propriedades. Neste mesmo documento, diz o Sr. José Costa Cavalcanti, que: "Para que Itaipu pudesse indenizar integralmente, se fazia mister um trabalho de regularização fundiária. O INCRA, segundo texto-documento do Sr. Diretor Geral da Itaipu Binacional, se encarregou dessa missão e desapropriou a referida área, com o que terá condições de outorgar títulos de propriedade a seus ocupantes. A principal razão da demora na publicação do Decreto de desapropriação de Itaipu foi essa, e que enquanto o INCRA não desapropriasse a área, afirma o Sr. José Costa Cavalcanti, não conviria à Itaipu, obter seu Decreto pois dificultaria a legitimação das áreas. Adotou essa atitude visando o interesse do próprio expropriado, para que o mesmo pudesse receber toda a indenização.

Em relação à legalidade de propriedade de vasta área de terras pertencentes à "Indústrias Lupion Ltda.", necessitamos informações mais claras e definitivas, para que a própria Comissão de Terras, Colonização e Imigração desta Casa, possa subestabelecer um estudo mais profundo sobre o problema, que há muitos anos vem causando conflitos e mortes em vários pontos do Estado, principalmente em áreas de terras localizadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Quem sabe até com a extensão de trabalhos de regularização fundiária, a questão até então pendente viesse a ser regularizada de modo satisfatório, apesar das injustiças, banditismo, perseguições e mortes já ocorridas, iniciadas por um governo que não se ateve a estes problemas, visando somente grandes negociatas quando da colonização dessas extensas áreas de terras em nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Secretário dos Transportes, no sentido de autorizar concessão de linha de ônibus direto entre Cascavel e Foz do Iguaçu.

Tal solicitação visa atender os reclamos daquela laboriosa população, que, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, precisa de condições para se locomover com maior rapidez, inexistindo atualmente linha direta entre as referidas cidades.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhada solicitação ao Senhor Secretário do Interior, no sentido de instalar um mono canal telefônico no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia.

A presente solicitação se faz visando atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, solicitando as razões que levaram aquela agência a abater a im-

portância de Cr\$ 3.803.203,09 (três milhões, oitocentos e três mil e duzentos e três cruzeiros e nove centavos), a título de juros, do empréstimo contratado pelo Sr. Oscar Martinez.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(aa) NESTOR BAPTISTA e NILSO SQUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Sabe-se da inflexibilidade da Caixa Econômica Federal quanto a cobrança de juros, empréstimos e taxas para com os simples devedores e mutuários de casa própria, tendo em vista que não se consegue qualquer abatimento sobre as importâncias devidas à Caixa Econômica.

Ora, se os menores não gozam de qualquer regalias, visa o presente requerimento saber quais as razões que levaram a Caixa Econômica a conceder ao conhecido empresário Oscar Martinez a concessão de tamanho privilégio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, a anexação do meu pronunciamento feito da tribuna ao requerimento de autoria do nobre Deputado Darcy Deitos, que solicita agilização de estudos na construção da ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro seja anexado ao requerimento do Senhor Deputado Darcy Deitos, solicitando envio de ofício ao Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ministro dos Transportes cópia do pronunciamento deste Deputado apoiando a implantação da ferrovia ligando Maringá a Campo Mourão até Cascavel, bem como fazendo gestão no sentido da implantação da ferrovia Guarapuava-Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) FIDELCINO TOLETINO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, retirada e consequente arquivamento do Projeto de Lei n.º 141/78, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) IVO THOMAZONI

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 43/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - A.P.A.E. — de Engenheiro Beltrão, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ENGENHEIRO BELTRÃO, com sede na cidade do mesmo nome, é uma associação civil, de caráter assistencial e filantrópico, sem intuito lucrativo e com duração determinada. Tem como fins:

a) Promover o bem-estar e ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais, onde quer que se encontrem.

b) Estimular os estudos e pesquisas relativos aos problemas dos excepcionais, sendo justo portanto, seu reconhecimento de utilidade pública, para o que se espera a acolhida dos nobres Pares, por ser de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Firmei comigo mesmo um compromisso de trazer à consideração desta Casa, um projeto de lei autorizatório relativamente a construção do Hospital do Servidor do Estado do Paraná. E já havia manifestado antecipadamente esta idéia trazida por sugestões dos próprios servidores do Paraná. E, dialogando com o eminente Deputado Nestor Baptista, que também subscreve como co-autor deste projeto de lei, da necessidade de viabilizarmos a legislação autorizando S. Ex.<sup>a</sup> o Governador do Estado a deliberar sobre a construção de uma obra desta natureza, é que os esforços do Instituto de Previdência do Estado até este momento em que pese a sua boa vontade, não temos notícia do cumprimento do disposto no artigo 77, inciso II, da Carta Política Estadual, que dispõe o seguinte: "O Estado promoverá o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de seus familiares. E para esse fim organizará: n.º 2 — assistência hospitalar gratuita".

Ora, sabendo-se que os servidores do Estado são obrigados a pagar um elevado percentual para atendimentos hospitalares, temos como certo que o preceito constitucional acima transcrito, não está sendo observado até agora.

Por outro lado, Sr. Presidente, esta Casa recentemente passou por um momento de grande emoção quando, sob os aplausos de toda a bancada do M.D.B., os nobres Deputados das duas bancadas, por unanimidade, rejeitaram o veto apostado pelo Sr. Governador do Estado ao projeto de lei que extinguiu o pagamento da taxa ao Instituto de Previdência, para os exames de análises clínicas. Entretanto, voltou atrás a bancada do Governo caindo o projeto e prevalecendo o veto, causando até consternação e lamentável retrocesso no sistema assistencial do Estado do Paraná, em prejuízo diga-se, data vênica, do servidor público que está hoje obrigado a contribuir com grande parcela dos seus rendimentos para promover as análises clínicas ou as análises de laboratório.

A construção do Hospital do Servidor, benefício já concedido ao funcionalismo público de diversos Estados brasileiros, inegavelmente, virá minimizar o grave problema gerado pela falta do cumprimento deste dispositivo constitucional, que prevê assistência gratuita aos servidores do seu Estado. E tratando-se de uma obra, que vem sendo preterida e que não mais se justifica, postergar pelo fato do nosso Estado estar em franco progresso e desenvolvimento, alargando a faixa de servidores que esperam dos poderes constituídos, tratamento compatível com a pujança e força econômica desta Unidade Federativa.

Além do reconhecimento pelo esforço e trabalho do servidor do Estado, o estágio de cultura, desenvolvimento científico do Paraná, impõe que o governo assimilando esta conquista promova o bem-estar adequado do seu funcionalismo, oferecendo-lhe no campo da saúde, um hospital modelo e bem dotado para servir de testemunho aos nossos pósteros de que, pelo homem, pelo ser humano, voltam-se as atenções do Estado e do próprio Governo.

E o texto deste projeto, consta dos seguintes artigos. (Lê):

"PROJETO DE LEI N.º 42/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir um hospital para atendimento dos servidores públicos estaduais, o qual será denominado "HOSPITAL DO SERVIDOR".

Art. 2.º — Caberá ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná (I.P.E.) administrar o HOSPITAL DO SERVIDOR, segundo regulamento a ser expedido por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3.º — As despesas com a execução da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e NESTOR BAPTISTA  
JUSTIFICATIVA:

Em que pese os esforços do Instituto de Previdência do Estado, até o presente momento não temos notícia do cumprimento do disposto no artigo 77, inciso II, da Constituição Estadual, que dispõe:

"Art. 77 — O Estado promoverá o bem-estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, e para esse fim organizará:

I — ... ..

II — Assistência hospitalar gratuita."

Ora, sabendo-se que os servidores do Estado são obrigados a pagar um elevado percentual para atendimentos hospitalares, temos como certo que o preceito constitucional acima transcrito não está sendo observado.

Por outro lado, esta Casa, recentemente, passou por momentos de grande emoção, quando sob os aplausos de toda a bancada do M.D.B., os nobres Deputados das 2 bancadas, por unanimidade, rejeitaram inicialmente, o veto apostado pelo ex-Governador em projeto de lei que extinguiu o pagamento de taxa ao Instituto de Previdência do Estado, para exames de análises clínicas. Entretanto, voltou atrás a bancada do governo caindo o projeto e prevalecendo o veto, causando assim lamentável retrocesso no sistema assistencial.

A construção do HOSPITAL DO SERVIDOR, benefício já concedido a funcionários públicos de diversos Estados brasileiros, inegavelmente virá minimizar o grave problema gerado pela falta de cumprimento do dispositivo constitucional que prevê assistência hospitalar gratuita aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Trata-se de uma obra que vem sendo preterida e que não mais se justifica postergar pelo fato do nosso Estado estar em franco progresso e desenvolvimento, alargando a faixa de servidores que esperam dos poderes constituídos, tratamento compatível com a pujança e força sócio-econômica desta unidade federativa. Além do reconhecimento pelo esforço e trabalho do Servidor Estadual, o estágio de cultura e desenvolvimento científico do Paraná, impõe que o Governo do Estado, assimilando essa conquista, promova o bem-estar adequado do seu funcionalismo, oferecendo-lhe no campo da saúde, um hospital modelo e bem dotado para servir de testemunho aos nossos posteros de que, pelo homem, pelo ser humano, voltam-se as atenções do Estado e do Governo."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado João Elísio, antes porém, registramos a presença no Plenário do Sr. Vereador Antônio Marchalek, desta Capital.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"A alta acentuada e constante dos preços de bens de serviços, motivando principalmente uma desvalorização do meio circulante, denominado inflação, é o mal que atinge a todas as economias notadamente àquelas em processo acelerado de desenvolvimento.

Este fenômeno não é novo, já John Maynar Keynes, notável economista da primeira metade do nosso século e cognominado por muitos como o pai da economia moderna, preocupava-se sobremaneira, com o aumento do nível geral de preços, mas, salientava, e isso parece que muitos desconhecem, que nos casos de economias em expansão, a inflação desde que em índices aceitáveis e sob controle, poderia até constituir-se em um bem, já que suscitaria um despertar da poupança e um incentivo a investimentos realmente produtivos.

A inflação, repetimos, é um mal mundial e que, se no âmbito interno castiga com maior intensidade as classes de renda mais baixa, na esfera internacional atinge a todos os países em maior ou menor grau. Neste contexto, os países em franco processo de desenvolvimento como o Brasil, ainda carente de capitais, tecnologia e matérias primas básicas, como o petróleo, se vêem mais diretamente atingidos. Pois além das dificuldades internas, inerentes ao próprio despertar econômico, é castigado também pela alta dos preços internacionais.

Reafirme-se aqui, que nosso País, não mais nação de subdesenvolvidos, mas reconhecimente potência emergente, pois já se assoberba como a oitava força econômica do mundo capitalista, tem que enfrentar também e concomitantemente, a chamada inflação importada, fruto da alta de preços dos mercados de além-mar.

Em verdade, dentro de um ângulo global, o que vemos no Brasil de hoje, em termos de índice geral de preços, não é um fenômeno novo e nem dos últimos anos; outrossim, na mesma linha de pensamento, podemos afirmar que as taxas atuais não são tão alarmantes como muitos querem pretender. Aqueles que não compartilham de nosso raciocínio talvez não se lembrem — ou não querem recordar — de tempos não muito distantes.

Relembremos nesta análise sucinta da inflação brasileira, que no período de 1974 a 1978, a média inflacionária foi de 38,4%. No período de 1969 a 1973 foi de apenas 20% e nos anos de 1965 a 1968 situou-se em 37%.

Na época anterior a 1964, tão saudosamente lembrada por alguns, com toda liberdade sindical e governos populistas, tivemos, no período de 1960 a 1964, uma taxa acumulada de inflação da ordem de 56%, portanto muito superior à média dos últimos períodos. Lembre-se também, que a inflação oficial de 1962 foi de 51,3%, a de 1963 de 81,3% e a de 1964 de 91,9%, provocando, repetimos, um acumulado, no período anterior à Revolução de 1964, da ordem de 56%, o mais alto índice inflacionário das últimas décadas.

Dados comparativos internacionais também são válidos e devem ser aqui destacados. Segundo o Fundo Monetário Internacional, países de economia solidamente alicerçadas, como os Estados Unidos da América, enfrentaram no ano passado uma inflação superior a 9%. Entre os países não desenvolvidos, o FMI divulgou que o Peru experimentou, em 1978 — contra os 40,5% do Brasil — um índice inflacionário de 73,7% e a Argentina, consagrada como o mais politizada e culturalmente mais adiantada do que nós, fechou o ano passado com um acumulado inflacionário da ordem de 169,8% em apenas doze meses.

É dentro deste contexto global que devemos encarar a atual inflação brasileira. Atitudes negativistas só servirão para aguçar as expectativas e não contribuirão em nada para o combate do fenômeno da alta de preços, que, inegavelmente, é batalha a ser travada, em primeiro plano, pelos escalões superiores do Governo, mas que também devem ser luta de todos nós — representantes do povo — que devemos, por dever de consciência e pelas funções inerentes aos nossos mandatos eletivos, apoiar as medidas e incitar a população a uma mentalidade positiva. Esse apoio faz-se mister, particularmente na atual conjuntura, quando nossas autoridades estão empenhadas — e decididamente — no combate à inflação.

O pacote ou as medidas inflacionárias, divulgados pelo Governo nos últimos dias, traz medidas na área fiscal, financeira e tributária, e deve ser compreendido não como uma iniciativa isolada, mas como o primeiro elenco de iniciativas no combate de preços.

Importante notar que, dentro do conjunto de medidas adotadas, preferiu o Governo do Presidente Figueiredo não colocar limites aos reajustes salariais. Este comportamento, que constituiu uma mudança importante em relação a Governos an-

teriores, abre maior perspectiva nos trabalhadores, na medida em que estes, através de negociações coletivas, podem continuar, como tem acontecido, conseguindo taxas de reajustes superiores às decretadas oficialmente.

Cabe ressaltar, também, que as medidas na área monetária, fiscal e financeira, não são de molde a levar a economia a uma forte recessão, que poderia levar ao desmantelamento de boa parte dos setores empresariais nacionais, particularmente as de menor tamanho. E, este lado extremamente positivo do pacote anti-inflacionário, tem que ser louvado, pois atende às exigências do atual mercado de trabalho, hoje já sufocado pela explosão demográfica, que força a economia nacional a criar um mínimo de 1,5 milhão de novos empregos a cada ano.

As atuais medidas contra a inflação, encaixadas num elenco que se propõe a curto, médio e longo prazo, far-se-ão sentir — e já estão sendo sentidas — desde logo e, ao serem completadas, certamente reduzirão de modo drástico os atuais índices de preços e proporcionarão, temos certeza, uma maior estabilidade econômica interna neste difícil momento conjuntural por qual passa a economia mundial.

Conclamo, com otimismo, todos a apoiar a atual luta contra a inflação, as medidas governamentais agora, tomadas, demonstram a energia e coragem de nossos governantes. Merecem, portanto, nossa compreensão e nosso apoio.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, nesta nossa passagem pela tribuna, queremos registrar o encontro acontecido hoje, pela manhã, na Prefeitura Municipal de Curitiba, em que este Deputado, o Deputado Adalberto Daros, estiveram presentes juntamente com Vereadores da bancada do MDB e da ARENA junto à Câmara Municipal de Curitiba.

Estes representantes do povo estiveram ali com uma grande representação de moradores dos conjuntos habitacionais Parigot de Souza, Tiradentes, Eucaliptos, localizados no Xaxim, porque estes moradores foram informados de que pagariam uma parcela mensal de Cr\$ 1.100,00 a Cr\$ 1.200,00, no máximo, nas prestações das casas, e, agora, receberam o comunicado da COHAB de que pagarão de Cr\$ 1.800,00 a Cr\$ 2.200,00, o que veio trazer um clima de tensão entre aquela gente.

Ma manhã de hoje, com mais de 300 pessoas presentes, estivemos na Prefeitura Municipal e o Prefeito Jaime Lerner atendeu aquela gente e disse que, dentro de prazo de uma semana, dará uma resposta àqueles proprietários, àqueles adquirentes de casas da COHAB, nos conjuntos citados, visando uma fórmula para resolver o problema, e que ainda hoje manteria contatos com o Presidente do BNH que está em Curitiba. Deu esperanças àquele gente de solucionar este impasse com as prestações de casas, no prazo de uma semana, e prometeu também mandar, de imediato, realizar algumas obras básicas para os moradores dos conjuntos habitacionais mencionados.

E ainda hoje queremos, usando deste espaço, fazermos alusão ao requerimento que estamos encaminhando para apreciação dos Srs. Deputados. Requerimento que em seu teor diz o seguinte: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Governador Ney Braga e ao seu Secretário do Interior, Renato Johnsson pela assinatura do decreto que trata da captação em curso d'água pelas indústrias instaladas ou que vierem a se instalar no Paraná, bem como o lançamento

de seus efluentes nesses mesmos cursos d'água.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

**JUSTIFICATIVA:**

Toda e qualquer indústria instalada ou a se instalar no Estado, que efetue captação em curso, deverá fazer o lançamento de seus efluentes a montante do ponto de captação.

As indústrias já instaladas deverão adaptar-se à esta exigência, dentro de um prazo a ser estipulado na regulamentação da Lei n.º 7109, que instituiu o sistema de proteção do meio ambiente, assinada a 17 de janeiro último. Estes são os termos do recente decreto, assinado pelo Governador Ney Braga, num ato de muita coragem e de sensibilidade do Chefe do Executivo paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Era chegada a hora de alguém tomar a iniciativa nesse sentido. Não podíamos ver ou continuar vendo impassíveis o envenenamento dos nossos rios, o desaparecimento da flora e da fauna, face ao lançamento dos efluentes industriais.

Nos países mais desenvolvidos do mundo, Estados Unidos e União Soviética, por exemplo, já é rotina o tratamento desses efluentes. No Paraná, acreditamos, o decreto assinado na semana passada pelo Senhor Governador Ney Braga, será o ponto de partida. Somente para ilustrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados: A fábrica da General Motors, em São José dos Campos, ao projetar a estação de tratamento de seus efluentes tomou o cuidado extremo de colocar peixes num aquário colocado na seção dos filtros terciários. E aqui no Paraná, infelizmente, as coisas são bem diferentes, porquanto são comuns os noticiários dando conta do lançamento de efluentes industriais em cursos d'água. O Tibagi, este extenso rio paranaense, é uma das maiores vítimas desse condenável procedimento de indústrias que se instalam ao longo do seu curso e não tomam consciência, os seus empresários, da necessidade de se preservar a qualidade da água.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acreditamos que o gesto do Senhor Governador Ney Braga é de tal importância, de tal envergadura que nós, Deputados eleitos pelo povo, não poderíamos ficar indiferentes.

Acreditamos que, se o desenvolvimento industrial não pode parar, há que se estabelecer normas para que essa evolução, esse progresso não agrave, não torne irreversível o desequilíbrio ambiental. E acreditamos, também, que nossos empresários, o nosso empresariado, haverão de entender o alcance social, até, dessa medida governamental."

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Registramos com satisfação a presença em nosso Plenário, do Sr. Deputado Federal Euclides Scalco; bem como a presença dos Srs. Antônio Imbriani, Paulo Eli Riqueiro, e Ademir Apijânio de Souza, Vereadores do Município de Tapira.

Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna, mais uma vez, e desta feita para registrar aqui o requerimento que formulo à Casa, solicitando a formação de uma Comissão Especial de Deputados, para acompanhados por uma equipe técnica-legislativa, estabelecer alterações no atual Regimento Interno da Assembléia Legislativa, adaptando-o à realidade atual. Inclusive, fixo também no requerimento, o número de membros, e em 7 (sete) participantes, cujos integrantes, deverão elaborar o novo Regimento Interno da Casa.

O que nós sentimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que por diversas vezes, tentativas que deram em nada, foram realizadas nesta Casa, visando a reformulação do Regimento.

Soubemos de formações de Comissões que terminaram por deixar um trabalho sem conclusão. Assim sendo, esperamos contar com a participação dos demais colegas deste Parlamento, para que possamos ter um Regimento Interno atual, e que possa realmente, servir ao Legislador.

Na verdade, ouço companheiros de Casa a fazerem críticas ao atual Regimento. Muitas vezes dizendo que está superado em alguns pontos, ou mesmo sem efeito em outros.

Mas, na realidade, quando se pede a criação de uma Comissão Especial, muitos se admiram e até mesmo chegam a falar: - mais uma comissão? Será que vai dar certo? - E chegam até mesmo a duvidar do sucesso de uma comissão desse tipo. Então, mais uma vez pedimos aos Srs. Deputados que, com carinho, pensem na conclusão de um trabalho que venha a beneficiar o Legislativo e principalmente o Legislativo.

É o seguinte o requerimento: (Lê):

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja formada uma COMISSÃO ESPECIAL de Deputados, cujos membros ficam fixados em 7 (sete) participantes, visando a reformulação do atual REGIMENTO INTERNO da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO.

**JUSTIFICATIVA:**

CONSIDERANDO QUE o atual Regimento Interno, aprovado em dezembro de 1960, está superado em algumas resoluções;

CONSIDERANDO QUE muitas matérias e ações da Assembléia Legislativa não encontram abrigo no atual R.I.;

CONSIDERANDO QUE uma Comissão Especial poderá elaborar alterações, corrigindo falhas e acrescentando detalhes omissos no atual R.I.

**A PONTO ALGUMAS FALHAS:**

1) O atual R.I., logo na abertura, em seu Título I (Da Constituição da Assembléia) abre com o Capítulo I: Das Sessões Preparatórias. Não fala da Sede do Legislativo e nem da Legislatura.

2) Não existe uma fixação para o início e encerramento da Sessão Legislativa ou Período Legislativo. Datas de início e encerramento.

3) Não contém qualquer artigo com referência às Sessões Legislativas Extraordinárias.

4) Não existe um Capítulo falando sobre "Posse, dos Direitos e dos Deveres" do Deputado. Dentro de um ordenamento mais adequado este assunto merecerá, por certo, vários artigos e parágrafos.

5) Não existe nenhuma norma regimental que discipline o trabalho das lideranças. Pelo menos 5 (cinco) artigos cabem ao assunto, como: "oficialização do cargo de vice-líder, indicação nomes para comissões, liderança do governo e outros".

6) Definir com maiores detalhes os "Poderes do Presidente", dividindo as atribuições quando a

1) Sessões da Assembléia

2) Proposições

3) Comissões

4) Reuniões Executiva

5) Publicações

6) Outras competências

Definir ainda, em artigo, a autoridade do Presidente, assegurando-lhe a palavra, no exercício de suas funções, durante as Sessões Plenárias, não podendo ser interrompido nem apartado, até que complete seu pensamento.

7) Sugerir a criação de uma Comissão de Economia e o englobamento das Comissões de Finanças e Orçamento e Tomada de Contas.

8) Fixar uma obrigatoriedade de participação dos

Deputados em pelo menos uma Comissão Permanente da Casa, exceção dos membros da Executiva, não podendo, pertencer a mais de cinco.

9) Não existe nenhuma matéria falando sobre a competência dos presidentes das Comissões. Falta ainda oficializar o cargo de vice-presidente das Comissões. Ainda dividir em artigos, quanto a Comissões: "Reuniões, Trabalhos, Vagas, Impedimentos e Pareceres."

10) Não existe nada falando sobre as Sessões Solenes.

11) Visando o melhor ordenamento, criar artigos definindo "Uso da Palavra" e "Tempo de Uso da Palavra".

12) Fixar no assunto "questão de ordem": "Não poderá ser formulada nova questão de ordem, havendo outra pendência de decisão".

13) Criar um artigo que possibilite a "Declaração de Voto", com tempo de 5 (cinco) minutos, para justificativa de voto.

14) Fixar ainda detalhes, como: "Destituição da Mesa" e "Concessão de títulos de Cidadania Honorária".

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelton Friedrich, inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos nesta tarde, desta tribuna, justificar o encaminhamento de um requerimento à Casa, à Presidência, no sentido de que sejam enviados expedientes: ao Instituto Brasileiro do Café, ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Agricultura, para que grupo multinacional não seja autorizado a explorar o setor de moagem de café, no Brasil.

É de extrema gravidade a situação que hoje vemos, em nosso País. Um modelo altamente concentrador, cujas consequências vêm aviltando inúmeros setores da economia nacional.

E por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é altamente preocupante a pretensão do grupo multinacional Mellita do Brasil, Indústria e Comércio Limitada, que busca, presentemente, junto ao Governo, autorização para exercer atividade no setor de moagem de café, o que viria, com absoluta certeza, em pouco tempo, absorver - como já ocorreu em nosso País, em diversas ocasiões e em diversos setores, toda a indústria moageira de café do País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns anos atrás, em nosso País, em cada esquina, em cada cidade, em qualquer lugar, existia uma fábrica, uma pequena fábrica de sorvetes; aos poucos, nós passamos a ter o controle total do setor, através de um grupo multinacional. Há pouco tempo, nós tínhamos os moageiros dos moinhos coloniais, e através da pressão do modelo concentrador monopolista internacional em nosso País, nós tivemos forte pressão sobre os pequenos moinhos coloniais. Há pouco tempo, até a água mineral acabou por ser absorvida, como em São Paulo, por MINALDA, grupo multinacional. Assim, todos os setores da economia brasileira, da indústria ou do comércio e principalmente agravando ainda mais o setor alimentar, aos poucos sob domínio do capital estrangeiro.

Agora, nós vemos um grupo multinacional, pretendendo ingressar no setor da moagem de café. Encontramos em todas as cidades brasileiras, pequenos moageiros que através da sua atividade, procedem uma verdadeira redistribuição de rendas. E para esta situação, nós vemos o próprio Governo e as autoridades cochilando ante o setor, e ficando impávidos a esta grandiosidade do capital multinacional. Este expansionismo da economia alienígena, acumulando capital e acumulando rendas, prejudica sensivelmente a própria afirmação econômica brasileira, e nós não podemos permitir que hoje, este setor de moagem de café venha, numa medida de primeiro sentido essencialmente comercial, deste grupo internacional

Mellita do Brasil Indústria e Comércio, amanhã, como já aconteceu com o sorvete, como já aconteceu com tantos outros setores da economia brasileira, seja mais uma vez dominado e controlado por um grupo estrangeiro, cujos resultados desmerecem a população e a economia do Brasil.

Esse modelo concentrador, Sr. Presidente, hoje existente no País e que alguns cegamente não querem ver, precisa mais uma vez, ter obstáculos afirmados e, este grupo alienígena que viria a ocasionar a paulatina diminuição das atividades dos pequenos moageiros espalhados, como já disse, por todo o Brasil e que exercem esta função de redistribuição de rendas e que ainda repercutem através de empregos que são oferecidos em todas as cidades do Brasil.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que a Casa tomasse esta posição solidária, para que este requerimento de encaminhamento de solicitação ao IBC, ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Agricultura, para que o grupo multinacional há pouco referido, não seja autorizado a explorar o setor da moagem de café, no Brasil. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inscrevi-me para falar no Grande Expediente, para dar continuidade ao brilhante pronunciamento feito hoje nesta Casa, pelo nobre Deputado João Elísio Ferraz de Campos, quando analisou diversos aspectos das últimas medidas tomadas pelo Governo Federal, no campo econômico; esqueceu, todavia, o nobre Deputado, de uma que considero das mais importantes em todo este "pacote", que foi a obrigatoriedade do depósito compulsório, de cinquenta por cento de recursos tomados no Exterior.

Mas, como a medida é de grande profundidade e necessita de um tempo maior para que se possa analisar todos os seus efeitos sobre a economia nacional, aproveito a oportunidade para, pela primeira vez, aliás, me parabenizar com o nobre Deputado Nelton Friedrich, e endossar o pronunciamento que Sua Excelência faz hoje nesta Casa. Também, me declarar favorável ao requerimento que ele apresenta, não de apelo, mas de alertamento ao IBC — Instituto Brasileiro do Café.

Realmente, o problema das multinacionais, a sua influência sobre a economia nacional está a exigir, de todos os homens conscientes deste País, uma tomada de posição; uma tomada de posição que certamente poderá contrariar setores do Governo Federal, mas que é necessária, dada a importância do verdadeiro monopólio que essas companhias transnacionais estão exercendo sobre a nossa economia.

Mas como primeiro passo, há necessidade de que haja uma tomada de posição, uma conscientização de todas as Casas Legislativas deste País, para que numa ala de pressão, se faça sobre o Congresso Nacional, a solicitação para, em primeiro plano, se modificar a lei de remessa de lucros, porque aí é justamente e exatamente que reside o verdadeiro poder das multinacionais, porque nós não somos contra o capital estrangeiro. Nós achamos que ele deve vir efetivamente colaborar para o engrandecimento deste País, que deve vir a servir para criação de novos empregos, que deve realmente fortalecer setores da economia nacional. Todavia, os seus lucros devem obrigatoriamente ser investidos no País e jamais serem transferidos ao País de origem dessas companhias nacionais, com a conversão dos cruzeiros aqui ganhos a custo do sacrifício e do suor do povo brasileiro, para conversão em dólares, em marcos, em libras, em iens, em francos suíços e às moedas fortes que nós conhecemos por este País afora.

Mas também é um assunto que merece muita meditação, que merece não a curto espaço de cinco minutos de um Pequeno Expediente, mas talvez o horário de um Grande Expe-

diente, e ainda mais o horário dedicado à Liderança de cada bancada e é o que me proponho a fazer, nos próximos dias, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Fazer uma análise da ação nefasta destas companhias multinacionais, para a economia do País e, principalmente, juntar o meu alerta a todos os homens de bem desta terra, no sentido de que haja, com urgência, uma substancial modificação na lei de remessa de lucros. Embora esse pacote, agora chamado de "pacote de abril" já traga alguma coisa sobre o assunto, com a obrigatoriedade do depósito compulsório de cinquenta por cento dos recursos tomados no exterior, convertidos em cruzeiros e depositados no Banco Central, sem nenhum rendimento e sem correção monetária. Isto realmente, a curto e a longo prazo, vai possibilitar uma redução sensível na nossa dívida externa, vai possibilitar um desafogo no nosso balanço de pagamentos, de maneira, Senhor Presidente, que nós pretendemos voltar a este assunto, mas desde já queremos deixar aqui a nossa solidariedade ao requerimento apresentado pelo nobre Deputado, representante do Oeste do Paraná, com relação às Companhias multinacionais.— (Sem revisão do orador)~

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Leônidas Chaves, no Grande Expediente.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela primeira vez, fazemos uso desta tribuna do Poder Legislativo para dizer aos meus companheiros da ARENA e aos meus amigos do Partido da Oposição, que fazemos com muita alegria e porque não dizer, com muita satisfação.

Ao tomar posse neste Poder, tive a honra de reencontrar velhos amigos, velhos companheiros, aos quais tive a honra e o prazer de poder servi-los quando era chefe de gabinete da Secretaria de Negócios do Interior e Justiça e, por exemplo, como o Deputado João Mansur, como o Deputado Gabriel Manoel, como o Presidente desta Casa, Deputado Fabiano, como o Deputado Nelson Buffara, do MDB, e outros Deputados que, na época, tinham à testa da Secretaria um outro Deputado que por aqui passou, que foi João de Mattos Leão, homem a quem, com a permissão dos Srs. Deputados, rendo, este instante, as minhas homenagens e meu reconhecimento porque como paranaense soube ocupar o cargo público sem respingos, deixando, temporariamente, a vida pública mas, tenho a certeza que é homem que voltará a servir o Paraná e o Brasil.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora, que se completaram todos os atos regimentais para o normal funcionamento da presente legislatura que, por sinal, coincide com o início de um novo Governo, quer na esfera estadual, federal ou no âmbito municipal da Capital, o que equivale a dizer - uma renovação em vários escalões da vida pública, sem excluir, é claro, a de representantes novos, nesta Casa.

Acredito chegada a hora de usar esta tribuna, pela primeira vez, para sacramentar a minha atuação parlamentar. Além de atender à expectativa do eleitorado que me honrou com a sua confiança, minha presença, nesta tribuna exprime também, o anseio próprio de emprestar minha contribuição, ainda que modesta, ao debate dos problemas de superior interesse de meu Estado. E o faço, neste momento, salientando, mais uma vez, salientando desde logo que, eleito, basicamente, pela Cidade de Guarapuava, cuja posição geográfica lhe permite sentir o Paraná inteiro na sua dupla dimensão de espaço e tempo, trago, para esta Casa, a consciência dos grandes problemas do meu Estado, bem como, da urgência em equacioná-los para que não mais se posterguem, ou retardem, soluções há muito reclamadas.

Desde menino, sou testemunha da impaciente expectativa do povo da Região Centro-Oeste do Paraná, em torno do prosseguimento das obras da estrada de ferro.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado Leônidas? (Assentimento).

Deputado Leônidas, moço combativo que nós aprendemos a admirar desde os tempos, nos idos tempos que o jovem Mattos Leão era o Secretário dos Negócios do Interior e Justiça. Admirar Vossa Excelência, admirar aquele moço que, na chefia de seu gabinete, ao receber os amigos de João de Mattos Leão, os companheiros, os recebia com aquela dedicação, com aquele carinho que só é possível observar nos líderes do quilate de Vossa Excelência. Dentro dessa juventude combativa, agradecemos a Vossa Excelência e o Paraná muito espera dessa juventude que Vossa Excelência representa uma grande parcela, nesta Assembléia. E desde aqueles tempos em que Mattos Leão procurava, dentro dos limites, atender seu povo, sua gente, companheiros do Paraná, companheiros de partido e, principalmente, do grande povo paranaense.

Vossa Excelência, quando estreia na tribuna, para honra nossa, que o temos conhecido há tempos, que o temos admirado e que o temos no rol de nossos amigos, agradecemos a alusão feita a nosso modesto nome e de companheiros da bancada da ARENA que, também, dedicam a Mattos Leão aquilo carinho, aquela homenagem e aquele respeito do homem político paranaense, do homem que ocupou, para honra do Paraná, uma das cadeiras representativas no Senado Federal. E tem Vossa Excelência aqui, que há de representar o seu município e a sua região com a mesma dignidade, com a mesma honra e com o mesmo carinho que representou Mattos Leão.

Está Guarapuava e adjacências de parabéns, por terem em Vossa Excelência um lúcido representante da juventude e de todo aquele povo.

Muito obrigado.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Eu é que agradeço ao nobre Deputado Gabriel Manoel as suas palavras amigas.

"Ultimamente chamada ferrovia do soja, cujos trilhos há cerca de trinta anos se interromperam em Guarapuava. Obra que não é, diga-se de passagem, exemplo único da morosidade com que o Governo Federal a despeito de tudo o que fez nestes últimos anos tem tratado sobre o programa viário no Paraná. Se é certo que antes a fronteira agropecuária do Paraná terminavam na serra da Esperança, hoje ela invadiu o terceiro planalto, num deslocamento vertiginoso que só estancou nas barrancas do Rio Paraná como limite extremo do Estado. No entanto, os trilhos das estradas de ferro, muitas vezes de traçados anti-paranaenses, para ligar o Sudeste com o extremo Sul, se atrasaram nessa marcha colonizadora para o interior, que teve que ser conquistado a custos proibitivos pelos saudosos e históricos fords bigodes, pela valentia dos jeeps pela teimosia dos caminhões, abrindo eles próprios as primeiras estradas pioneiras. Fato aliás que contrasta com o que ocorreu em São Paulo, onde as ferrovias chegaram com seus trilhos civilizados, ao mesmo tempo ou até antes das frentes de ocupação agrícola, a ponto de dar nome às regiões ocupadas.

Pode-se facilmente imaginar o que no Paraná representou a fase do desbravamento do interior, tanto para o produtor, como para o consumidor, pelo custo de fretes excessivos, desgaste de veículos e tempo perdido, incluindo perdas parciais de safras por deficiência de escoamento da produção, até que o asfalto afinal chegasse ao terceiro planalto ultrapassando Guarapuava para atingir o extremo Oeste e o Sudoeste do Estado, que são conquistas recentes e transportes adequados, grande parte deles de nossos dias atuais.

Entretanto, em ferrovias as deficiências do Paraná continuam sendo clamorosas. Enquanto a ferrovia do soja continua no papel, a linha norte da rede ferroviária federal ainda está a duzentos quilômetros aquém de Guaíra, na divisa com o vizinho estado do Mato Grosso.

Estaríamos muito piores em termos de escoamento ferroviário não fosse a estrada de ferro central do Paraná, cons-

tuida a duras penas pelo Estado e que levou trinta anos para ser concluída a fim de encurtar a distância entre o setentrão e o Porto de Paranaguá. Mas o acesso ao nosso principal terminal marítimo continua estrangulado porque está projetado um novo traçado entre Curitiba e Paranaguá e foi paralisado, mal se havia iniciado. Mesmo no setor rodoviário, é preciso que se diga aqui sem benevolências, a ação federal do Estado deixa muito a desejar, em contraste com o grande esforço do Governo do Estado nos últimos quatro anos.

Certa vez, o ex-Governador Emílio Gomes estranhou o fato da pavimentação das rodovias federais no Paraná se interromperem na divisa de São Paulo com o Paraná, sendo retomadas ao penetrar no Estado de Santa Catarina. Até hoje aí está o exemplo da BR-101 que liga o Norte do Brasil ao Extremo Sul pelo Litoral, porém sem um quilômetro sequer no trecho paranaense e em parte do litoral sul de São Paulo. Mantém a região de Guaraqueçaba isolada e ignorada no mapa do Brasil.

**O Sr. João Mansur** — Vossa Excelência me permite um aparte?

**(Assentimento)** — Nobre Deputado Leônidas Chaves, quero inicialmente, quando Vossa Excelência estréia pela primeira vez na tribuna desta Casa de Leis, hipotecar a minha solidariedade irrestrita ao pronunciamento que Vossa Excelência vem fazendo. O conhecemos de larga data, conhecemos já o seu serviço prestado à causa pública, quando na assessoria do ex-Secretário do Interior e Justiça, o nosso companheiro João de Mattos Leão. E aprendemos com Vossa Excelência o cuidado e o trato da coisa pública.

E ao me congratular com Vossa Excelência, nós, que representamos quase que a mesma região, que temos na defesa dos interesses daquela região, interesse comum, porque Vossa Excelência ligado à minha cidade de Irati, representando como representa Inácio Martins, interesses como tem em Vila Nova do Pinhão e no grande município de Guarapuava, este Município que tem se desenvolvido e que tem se projetado no Paraná. A responsabilidade de Vossa Excelência é grande porque Vossa Excelência nesta Casa representa um dos maiores municípios do nosso Estado que é o Município de Guarapuava. E tenho certeza, que pelo amor que Vossa Excelência dedica àquela região e àquela gente, haverá de emprestar toda a sua juventude o seu esforço, o seu amor à causa pública, em favor de Guarapuava, de Pinhão de Inácio Martins e dos demais municípios que Vossa Excelência tão bem representa aqui neste Poder Legislativo.

Quero, nesta oportunidade, estender as mãos a Vossa Excelência para que juntos nós possamos desenvolver um trabalho em favor daquela nossa região, daqueles nossos companheiros que muito esperam da nossa representação aqui nesta Casa, a fim de que possamos juntos encaminhar ao Governo do Estado as reivindicações, de que tanto carecem aqueles municípios, a fim de que eles também ocupem um lugar ao sol, a fim de que também eles se projetem perante o Paraná.

E em falando de Guarapuava, nobre Deputado, acabo de receber neste instante, uma notícia triste, de que dois jovens acabam de falacer agora, asfixiados por gás, e um deles, por coincidência, é filho do Prefeito de Guarapuava, da sua cidade, Cândido Pacheco Bastos. Gostaria que Vossa Excelência que ocupa a tribuna com tanto brilhantismo, solicitasse, pedisse daí, um voto de pesar em favor deste jovem que brotava para a vida e que acaba neste instante, de unutar a família guarapuavana e todos nós, que somos seus amigos.

De modo que queria deixar aqui esta minha solidariedade e dizer que Vossa Excelência contará sempre com o meu apoio irrestrito, em todas as causas, que disserem de perto, interesse da região que nós representamos aqui na Assembléia Legislativa. Era o aparte.

**O SR. LEÔNIDAS CHAVES** — Agradeço ao nobre Deputado João Mansur e conhecendo bem como o conheço, de

muitos anos, seu que o seu raciocínio, o seu pensamento, a sua atitude, as suas ações, sempre foram voltadas para o povo do Paraná, e isto para nós não é novidade.

Nós sempre tivemos na sua pessoa, um mestre, nós nos afinamos sempre muito bem, desde menino conheço Vossa Excelência, e tenho certeza, Deputado João Mansur que nós dois, mais o Deputado Jurandir Messias, que está também nos ouvindo aqui, faremos muito pela região Centro-Oeste do Paraná.

Enviei um requerimento à Mesa, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do filho do Prefeito Municipal de Guarapuava.

E pediria que a esse requerimento também fosse aposta a assinatura do Deputado João Mansur, para que eu e ele conjuntamente, endereçássemos este requerimento à Mesa:

“Por sua vez o ex-Governador Jayme Canet Júnior, demonstrou no início da sua gestão, que o programa federal no Paraná previa entre 1966 a 1974, a construção de 2.400 km de rodovias prioritárias, das quais foram executadas somente 500 km, sendo que entre 1971 e 1974 foram entregues ao tráfego apenas 43 km, de estradas federais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante muito tempo, se gastou muito latim neste País, em discussões intermináveis e acadêmicas sobre as vantagens e desvantagens das ferrovias em relação às rodovias. Até certo tempo, a crescente motorização, abaixo custo dos combustíveis, o menor preço de construção das rodovias, bem como a maior flexibilidade dos veículos rodoviários, constituiram incentivos poderosos para a preferência por estes últimos meios de transporte, enquanto o sistema ferroviário praticamente se deteriorava.

Porém, a partir dos estudos do GEIPOT, no período de 1965/68, o País voltou-se para uma política de integração dos transportes, de modo a assegurar papel mais significativo para a modalidade ferroviária e marítima, refletindo tendências hoje dominantes no atendimento dos grandes fluxos de grãos. Um grande passo foi dado nesse sentido com a ênfase dispensada às ferrovias para o Programa dos Corredores de Exportação.

Hoje, com o agravamento da crise mundial de energia e, em especial, com a crescente escassez e os altos preços do petróleo, ninguém mais discute a imperativa necessidade de ferrovias para o deslocamento de grandes massas de cargas a grandes distâncias.

Entretanto, as severas restrições orçamentárias impostas, a partir de 1976, pela política governamental no controle da inflação, frustraram, em grande parte, as metas do Plano de Desenvolvimento Ferroviário. Ocorre que uma das formas para neutralizar os problemas inflacionários e de endividamento externo, consiste no aumento da produção e das exportações, para os quais há que garantir escoamento econômico, através de um sistema viário integrado por ferrovias, rodovias, troncos e estradas alimentadoras.

A prioridade das ferrovias ganha, portanto, importância maior. E não só as ferrovias de tipo tradicional. Mas ferrovias eletrificadas, poupadoras de combustíveis, para racionalização dos transportes de massa. Nesse sentido, Curitiba já está dando um exemplo eloquente com o projeto pioneiro do “Superbonde”, que é uma forma de pré-metrô, antecipando-se, assim, ao prognósticos internacionais de uma mudança inelutável na estrutura dos transportes.

Ora, o Paraná é sabidamente o Estado mais bem dotado do País em hidreletricidade para operar essa nova revolução dos transportes sobre trilhos. O próprio traçado da Ferrovia do Soja, que a partir de Guarapuava, deve se dirigir ao Extremo-Oeste, com dois ramais, um no sentido de Cascavel a Foz do Iguaçu, e um segundo no sentido de Toledo-Guaíra e Mato Grosso do Sul, são como dois gigantes braços que se estendem sobre o Rio Paraná, paralelamente ao Iguaçu, como que imple-

rando a energia elétrica, que deverá ser produzida por grandes centrais hidrelétricas, para acionar as locomotivas dessa futura, e sempre postergada, estrada de ferro.

A Ferrovia do Soja é uma das grandes prioridades nas extensões dos sistemas ferroviários no Oeste do Paraná e Sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, que aliás aspira por uma saída para o mar pelo Porto de Paranaguá, conforme ainda há pouco declarava o Engenheiro Stanley Fortes Baptista, Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A. Não se trata, portanto, de um projeto utópico, um simples sonho do povo de Guarapuava, que no entanto continua como "fim-de-linha" ou "ponta-de-trilhos", como se ainda fosse "boca-de-sertão", mas uma das metas básicas do Governo, dentro do velho binômio Energia-Transportes, para o aumento da produção e da produtividade.

Com a construção da Ferrovia do Soja, completando a ligação Guarapuava-Foz do Iguaçu, e interligando o Norte com o Sul, através da Central do Paraná, em Ponta Grossa, teremos em nosso Estado a espinha dorsal de um sistema ferroviário entre o Atlântico e o Rio Paraná, como a verdadeira transparanaense que está faltando para nossa própria integração econômica, social e política.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento) — Deputado Leônidas Chaves, não poderia de maneira alguma, deixar de participar de dar uma pequena contribuição a este seu valoroso e extraordinário pronunciamento, principalmente quando Vossa Excelência se refere à nossa região. Vossa Excelência, que da tribuna leciona, quase que especificamente e diria mais, Sr. Deputado Leônidas, quase que radicalmente, a situação do Centro Oeste do Estado do Paraná. E que tenho a honra, a satisfação de junto, de somar, com Vossa Excelência como um dos representantes do Centro-Oeste. Nós que temos afinidade de parentesco e que disputamos uma eleição na mesma área, e que saímos um dos vitoriosos e que também saímos sem a mínima mácula, do pleito eleitoral. Que os nossos companheiros dividiram os votos, souberam escolher aqueles seus amigos, votando para Vossa Excelência; e os amigos deste Deputado, votando para mim.

Hoje, Deputado Leônidas Chaves, com o vosso pronunciamento me obriga a dizer que o nosso pensamento é um só: que hoje nós temos uma só responsabilidade; que o pleito passou; que a eleição terminou e que agora, a nossa missão, a nossa obrigação não é outra senão trabalharmos, a de unir os nossos pensamentos, em prol e em favor daquela gente do Centro-Oeste do Paraná.

E é bom que se diga, Deputado Leônidas Chaves, que hoje o Centro-Oeste do Estado do Paraná já tem alguma coisa, já recebeu do Governo Jayme Canet Júnior, inúmeros benefícios e inúmeras vantagens, que até então não tínhamos e que hoje temos; mas que com o Governo, que acaba de se instalar, do General Ney Braga, temos certeza que somando os nossos esforços, que somando as nossas vontades, que somando a nossa união, temos certeza que o Governador Ney Braga deverá levar para nossa região, para o Centro do Estado do Paraná, muito mais; e levará -, tenho certeza, aquilo que nos falta; que Vossa Excelência bem se referiu, quando falou da ferrovia, quando falou das estradas asfaltadas, como a de Inácio Martins, como a de Palmital, que Vossa Excelência representa comigo; como outras, de Roncador, que Vossa Excelência representa comigo e que reparto com Vossa Excelência este direito de trabalharmos juntos, de somarmos juntos. Só posso, Deputado Leônidas Chaves, depois de tantas reuniões desta Casa, que se ouviu tanta coisa, que não justifica a presença de um Parlamentar aqui neste Plenário. E hoje saio engrandecido daqui, Deputado Leônidas, quando vejo um Parlamentar da tribuna, trazendo não críticas mas, trazendo causas justas, reivindicações justas e humanas, para a sua comunidade, que o mandou

para esta Casa de Leis; e Vossa Excelência, tenho certeza, como parente que é, meu, que conheço já tantos anos, tanto Vossa Excelência como seus familiares na qualidade de parentes; tenho certeza que levará este seu mandato, até o final, com esta intenção, sempre voltado para os interesses da nossa gente do Centro-Oeste, aquela gente que está lá, esperando por nós, que está lá, ansiosa por melhoramentos, por coisas que venha trazer melhores dias à nossa sociedade, à nossa comunidade.

E Vossa Excelência trouxe os problemas; e quero me somar a Vossa Excelência e digo mais, Vossa Excelência deverá de imediato, se possível, iniciar um movimento nesta Casa, para que seja levada à cidade de Guarapuava, a capital do Centro-Oeste do Estado do Paraná, que hoje está ligada de asfalto por todos os lados, uma Faculdade, e, de preferência, Sr. Deputado Leônidas, Vossa Excelência reivindique, - Vossa Excelência venha sempre para a tribuna e conte com a nossa ajuda, conte com o nosso modesto apoio, - de preferência uma Faculdade de Agronomia, porque nós moramos, nós vivemos e nós comungamos com um povo que é essencialmente agrícola, numa região que se produz cereais, e nós precisamos de uma Faculdade e, tenho certeza que, com a capacidade de Vossa Excelência, com o trabalho de Vossa Excelência, com a eficiência de Vossa Excelência, nós haveremos de conseguir para a nossa região, a instalação, em Guarapuava, de uma Faculdade de Agronomia.

Muito agradecido, nobre Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Permito já um aparte ao Deputado Erondy Silvério, mas quero agradecer, antes, ao Deputado Jurandir Messias, todas as referências que ele fez, no que diz respeito à região Centro-Oeste do nosso Estado.

Deputado Jurandir, eu, o Deputado João Mansur e outros Deputados que representam aquela região, nós, sem dúvida alguma, iremos trabalhar neste Governo, a exemplo do que já foi feito nos outros, para dar àquela região e ao Paraná, uma condição melhor. Concedo com muito prazer, um aparte a um outro professor, se assim posso chamá-lo, que é também o Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência.

Apenas queria fazer minhas as palavras do nobre Deputado Jurandir Messias, e dizer também a Vossa Excelência, que me conforta muito a posição que Vossa Excelência está tomando neste pronunciamento em defesa de Guarapuava e de toda a região do Centro-Oeste, mesmo porque, como Vossa Excelência bem sabe, sou filho de Guarapuava, com muito orgulho, e quando vejo um companheiro de bancada, um Deputado jovem que, pela primeira vez, ingressa nas lides legislativas, fazer, e de forma brilhante como vem fazendo, a defesa de Guarapuava, me sinto confortado, porque convivi com os grandes parlamentares que Guarapuava até hoje mandou para este Poder, desde Antônio Lustosa, ao grande e eminente paranaense, Mattos Leão, que deixou a sua passagem marcada não só nesta Casa, mas também, no Congresso Nacional, onde ele, com eficiência, soube elevar alto o nome do Paraná no cenário da República.

Mas, como por aqui passaram, inclusive, Deputados do partido da Oposição, como o nobre Deputado Trajano Bastos, como o nobre Deputado, hoje Deputado Federal e ex-Prefeito de Guarapuava, e também de forma aguerrida tem sabido lutar pelos nossos, quero me parabenizar com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência vem dar continuidade a esta tradição que já se faz notar aqui no Poder Legislativo: é da presença de um guarapuavano na tribuna desta Casa, defendendo os legítimos interesses de nossa gente e Vossa Excelência o faz com raro brilhantismo.

Sinto-me orgulhoso, como filho de Guarapuava, e me sinto confortado por saber que um seu ilustre filho continua e mantém a tradição que os guarapuavanos souberam inaugurar

no Poder Legislativo, que é o da defesa da nossa gente e da nossa terra.

Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Agradeço a intervenção do Deputado Erondy Silvério. Quero dizer à Mesa que em sessenta segundos termino o meu pronunciamento. "Com a construção da Ferrovia do Soja, completando a ligação Guarapuava-Foz do Iguaçu, e interligando o Norte com o Sul, através da Central do Paraná, em Ponta Grossa teremos, em nosso Estado, a espinha dorsal de um sistema ferroviário entre o Atlântico e o Rio Paraná, com a verdadeira Transparanaense. Não se trata de uma reivindicação local, ou regional, que, por si mesmo, já seria legítima, mas de um reclamo estadual e nacional, inclusive com implicações positivas internacionais, uma vez que nos aproxima do sistema ferroviário dos países vizinhos da Bacia do Prata.

Procurando ser breve, deixo aqui estas considerações, para apreciação de meus ilustres Pares, como primeira contribuição aos debates desta Casa, na certeza de que ela representa uma causa paranaense digna da melhor atenção. Espero...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Espero em novas oportunidades voltar a este assunto, assim como a outros com ele correlacionados, traduzindo reclamos e aspirações, de ontem e de hoje, que sempre se renovam, na hora das renovadas esperanças que sempre se depositam nos governos que se iniciam e, queira Deus, possa fazer mais e melhor para o bem do Paraná e do Brasil."

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.<sup>a</sup> que, por determinação da Liderança do Deputado Erondy Silvério, seja concedido ao Deputado Leônidas Chaves o horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, a fim de que S. Ex.<sup>a</sup> tenha condições de oferecer aparte ao eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto o Deputado Leônidas Chaves se deseja continuar com a palavra?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Agradeço, Sr. Presidente. Concedo aparte ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Leônidas Chaves, realmente, a Aliança Renovadora Nacional tem oferecido, nos últimos dias nesta Casa, exemplo de como este Partido sabe reivindicar as boas causas em favor do desenvolvimento estadual.

Ainda ontem, tivemos oportunidade de apartear e nos solidarizarmos com o pronunciamento do Deputado representante do Norte Pioneiro, Florisvaldo Palácios. E, hoje, solicitei este aparte a V. Ex.<sup>a</sup> para hipotecar a minha irrestrita solidariedade ao seu pronunciamento, com conteúdo, como forma, que engrandece o Parlamento estadual, e que reivindica a Ferrovia do Soja para o nosso Estado.

É uma obra sonhada, é uma obra de integração entre o Oeste e Centro e o Porto de Paranaguá, necessária para finalizar o nosso corredor de exportação, para baratear o custo do transporte agrícola. E é uma obra que o Brasil está a dever ao Paraná. Porque o Paraná tem dado muito ao Brasil. E é necessário que nós, políticos dos dois partidos, possamos usar o nosso mandato para reivindicar em favor das obras necessárias ao desenvolvimento estadual.

Meus parabéns, eminente Deputado Leônidas Chaves, e a certeza que estaremos juntos, lutando os bons combates em favor do desenvolvimento e do homem paranaense.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Agradeço o aparte do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Quielise Crisóstomo — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado Leônidas Chaves, para nós que já privamos de sua amizade de longa data, não é novidade o seu comportamento como tribuno, como Parlamentar nesta Casa de Leis.

Contudo, a expectativa do povo do Paraná era muito grande, da sua representação. Porque V. Ex.<sup>a</sup> sabe que Aragão de Mattos foi um moço que segurou a bandeira de uma grande ala política da ARENA, uma ala histórica de políticos que, hoje, estão na ARENA, antigamente de outros partidos políticos de nosso País, pertencentes à ala de Mattos Leão.

E Mattos Leão, Senador; Mattos Leão, Deputado; Mattos Leão, Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil, Setor Sul; fez com que, embora os méritos seus, Deputado Leônidas Chaves, já por si só fossem suficientes, mas fez com que a sua candidatura trouxesse para esta Casa, para este Parlamento, também, a responsabilidade da representação deste grande grupo político, razão pela qual hoje, V. Ex.<sup>a</sup> justifica, com galhardia, a sua posição nesta Casa. Justifica, diante dos seus eleitores; justifica, diante do seu grande grupo político deste Estado; e justifica, nobre Deputado Leônidas Chaves, sobretudo, diante daqueles como eu, seus amigos, que esperavam V. Ex.<sup>a</sup>, de braços abertos para, nesta oportunidade, terem a felicidade como estou tendo agora, de cumprimentá-lo, por tão brilhante e oportuno pronunciamento.

Parabéns, nobre Deputado Leônidas Chaves!

O Sr. Nelson Buffara — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — Concedo o aparte ao Deputado Nelson Buffara, agradecendo a intervenção do Deputado Quielise Crisóstomo.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Leônidas Chaves, o início do pronunciamento de V. Ex.<sup>as</sup>, eu o ouvi do meu Gabinete, já que tive que me ausentar deste Plenário por alguns instantes, quando V. Ex.<sup>a</sup> fez alusão a alguns amigos que aqui efetivamente os tem, dentre os quais eu me situo.

Gostaria eu de prestar o testemunho de gratidão ao eminente homem público que foi, o ex-Secretário de Interior e Justiça.

Quando eu, por motivos particulares, recorri ao seu Gabinete, ao Gabinete do nosso comum amigo Mattos Leão, pedindo a interferência dele junto ao Ministro da Justiça de então, o Professor Gama Filho, a respeito de um assunto estritamente particular, recebi de Sua Excelência, naquela oportunidade, o maior desvelo para o meu problema, pessoal, recebi uma dedicação que me impressionou e me sensibilizou, naquela oportunidade.

Isto prova que, quando titular daquela Secretaria, ele não atendia simplesmente pedidos de políticos do seu Partido. Atendeu a mim e tantos quantos emedebistas o procuraram naquela ocasião; isto prova que, outros companheiros de bancada foram atendidos por ele.

Neste momento, neste preciso momento eu rendo as minhas homenagens a V. Ex.<sup>a</sup>, que é um seguidor da política daquele eminente homem público e, no instante em que V. Ex.<sup>a</sup> defende com galhardia, com rara felicidade, a ferrovia do soja em nosso Estado, ferrovia que trará benefícios inestimáveis à minha região, a região de Paranaguá, eu quero cumprimentá-lo, quero parabenizar-me com V. Ex.<sup>a</sup> por tão feliz e oportuno pronunciamento, e dizer que, seria a redenção — como disse o Deputado Luiz Alberto Oliveira — a redenção do nosso Estado no que concerne à facilidade do transporte daquele cereal, barateando o seu custo e evitando o congestionamento nas estradas, buscando o aperfeiçoamento do encaminhamento do soja, das zonas produtoras, para as zonas de exportação.

Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup>, que, debutando nesta Casa foi muitíssimo feliz.

Quero dizer neste instante, que, a mim, V. Ex.<sup>a</sup> sempre causou e continua causando a melhor das impressões, pelo seu ardor, pelo seu estremado amor à causa pública e o acendrado amor à causa paranaense.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LEÔNIDAS CHAVES — O Deputado Nelson Buffara fez alusão a um fato que me lembro, e que ainda está

vivo na minha memória.

Quando solicitou ao então Secretário do Interior e Justiça do Governo de Paulo Pimentel, que era João de Mattos Leão e foi atendido, mas foi atendido porque nós o conhecíamos e o conhecemos muito bem. V. Ex.<sup>a</sup> sempre se portou com dignidade. É um parlamentar que faz parte e que enriquece o partido da oposição. Sem dúvida alguma, é um homem que já tem se demonstrado e que já tem servido a este Estado com galhardia e, acima de tudo, com honestidade e com muita sensibilidade política.

Quero, Senhor Presidente e Senhores Deputados, despedir-me do Plenário no dia de hoje, dizendo aos Senhores que a minha esperança de encontrar nos Deputados novos, homens que realmente possam e queiram servir ao nosso Estado e que, evidentemente, nós temos os Deputados velhos que servirão como aqueles homens que abriram a estrada, a estrada política deste Parlamento.

Nós, evidentemente, procuraremos nos nossos comportamentos políticos, com respeito aos amigos da Oposição, com a lealdade aos companheiros da ARENA, com lealdade ao Governo do Estado, procurar em todos os pronunciamentos, sempre trazendo pronunciamentos que venham interessar ao nosso Estado, à nossa região e à Nação brasileira.

Senhor Presidente, voltarei numa próxima oportunidade com dados técnicos a respeito da ferrovia do soja.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa registra com muita satisfação, a presença do Vereador Jorge Vieira, de Umuarama e do Sr. Alaerte de Freitas, Vereador de Umuarama, líder da bancada da ARENA, naquela Casa de Leis.

Consulto a liderança do MDB sobre se deseja fazer uso do seu espaço reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB.

O SR. NILSO SGUAREZI — Senhor Presidente.

Inicialmente, em nome da liderança do MDB, e de vários Senhores Deputados que subscrevem, um voto de pesar pelo falecimento do menor Romeu S. Bastos, primogênito do nosso Prefeito e companheiro de Guarapuava, Cândido Bastos.

“Umuarama: esvaziamento municipal ou corrupção administrativa.

Não tem passado despercebido a ninguém neste Estado, o exagerado empenho do Governo estadual para minimizar a crise político-administrativa que envolve a Prefeitura Municipal de Umuarama.

Realmente, a imprensa tem dado a versão do verdadeiro assédio de que está sendo alvo, por parte do Governo do Estado, o nobre Deputado Tuguio Setogutte, Vice-Prefeito do Sr. Cioni Neto, a quem, legalmente, cabe o cargo de Prefeito Municipal.

Ora, não assumindo o Vice-Prefeito, novas eleições terão que ser realizadas, mas algumas indagações se impõem.

Porque o empenho do Governo estadual em que o Deputado Tuguio assumia uma Prefeitura falida? Porque a ARENA temer a realização de eleições municipais exatamente no município que há dois anos, obteve a maior votação do Estado e onde a oposição é tão inexpressiva, que tem apenas dois Vereadores contra nove da ARENA?

Qual a razão de exigir-se de um Deputado recém empossado, que pratique e assuma a atitude de um verdadeiro camicaze, ao trocar um mandato tranqüilo de quatro anos, por um suicida de apenas vinte meses? Evidente de que as respostas sempre ficarão ao arbítrio de quem as responder, no entanto é necessário fixar-se na crise de Umuarama, uma interpretação eminentemente política, porquanto a crise administrativa que envolve os municípios brasileiros, pela carência de recursos, não pode ser tida como a determinante da renúncia do Sr. Cioni Neto, ex-Prefeito, porque, se o fosse, todos os Prefeitos do Paraná e de todos os municípios brasileiros, haveriam de renun-

ciar.

A renúncia foi por motivos políticos entre a Prefeitura e a Câmara de Vereadores.

A renúncia foi por disputas partidárias, dentro da própria ARENA, porquanto a representação de apenas dois Vereadores do MDB, não teve a mínima responsabilidade na tumultuação dos fatos.

A renúncia, enfim, foi motivada pelas graves denúncias de corrupção existentes naquela Prefeitura Municipal, exclusivamente, pela corrupção, pois uma ala situacionista, a divergente do Prefeito, incorporou-se ao MDB, para apurar a corrupção detectada, inclusive, pelo Tribunal de Contas. Chega-se, pois, a seguinte conclusão — houve a renúncia porque era insustentável a corrupção na Prefeitura; e, a Câmara, alicerçada na comprovação das irregularidades, negou ao Prefeito as condições de levar avante seu mandato. Todavia, o Sr. Cioni Neto, talvez, muito bem orientado pelo próprio partido situacionista, diz-se vítima da Câmara e que processará o ilustre Deputado Romero, simplesmente, porque ele, nesta Casa, trouxe dados colhidos pelas comissões de investigação da Câmara Municipal e que acusam casos de corrupção e malversação do dinheiro público.

Ora, força-se um Deputado Estadual a aceitar um mandato de apenas vinte meses para que este, em assumindo a Prefeitura, com auxílio do Governo Estadual, demova a Câmara de seus propósitos de apurar as irregularidades e que, com o correr do tempo ponha-se panos quentes sobre as contas municipais que foram renegadas pelo Tribunal de Contas e ainda estão sob suspeita da Câmara Municipal.

O Sr. Erondy Silvério — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Mais um trequinho e concederei o aparte.

Procura-se, pois, em Umuarama, uma saída política, não apenas para superar a crise administrativa causada pela inexistência de Prefeito mas, especificamente, para que assumindo um Arenista, consiga-se manter escondido do público e da Justiça, a apuração das denúncias de corrupção. Parece que pretende-se copiar o modelo Haroldo Leon Perez, renuncia-se ao cargo e outro nome assume do mesmo partido e tudo fica tranqüilo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a oportunidade que me dá para dizer que a nossa Bancada não concorda com ilação que V. Ex.<sup>a</sup> pretende fazer a respeito da renúncia do Prefeito Cioni Neto. Nós, evidentemente, não queremos entrar no mérito da renúncia e também não queremos assumir a defesa do Prefeito, porque se verdadeiras as acusações trazidas a esta Casa pelo nobre Deputado Romero Filho, evidentemente, que nós jamais poderíamos defender um corrupto, porque nós somos contra os corruptos, quer da ARENA quer do MDB. Essa é uma posição que nós fixamos nesta Casa. Apenas, eu não concordo quando V. Ex.<sup>a</sup> diz que o interesse do Governo do Estado em que o Vice-Prefeito e, atualmente, exercendo o cargo de Deputado Estadual, assuma a Prefeitura, é para que se coloquem panos quentes, se demova a Câmara de penetrar à fundo na análise da administração Cioni Neto. Absolutamente, porque o interesse do Governo do Estado, é que se cumpra a lei, que se cumpra a Constituição. É evidente que a Prefeitura de Umuarama estando na mão do Partido Situacionista, o Partido Situacionista vai lutar com todas as armas ao seu dispor para que não haja necessidade de se realizar eleições, que as eleições podem, evidentemente, trazer surpresas. Isso é um jogo político que V. Ex.<sup>a</sup> deve aceitar; jamais tirando ilações comprometedoras para a administração do Sr. Ney Braga que, agora, está apenas se iniciando. Quando ao paralelo que V. Ex.<sup>a</sup> faz entre o caso atual e o caso do ex-Governador Leon Perez, que eu sempre bato na madeira cada vez que eu falo nesse nome, são destituídas de qualquer fundamento porque sucedeu Haroldo Leon Perez no Governo um homem digno,

um homem de bem, um homem que tanto a Oposição do Paraná como a Situação sempre aprenderam a admirar o saudoso Professor Parigot de Souza, que era o paradigma da honestidade, do bom senso e da capacidade nunca desmentida, capacidade administrativa. Lamentavelmente condições de saúde impediram que o Professor Parigot de Souza fizesse um grande Governo que se propunha a fazer e que tinha capacidade para fazer.

Eu só queria fazer esse registro, agradecendo a V. Ex.<sup>a</sup>, para que não se tirem ilações precipitadas e que possam assim comprometer o bom nome do Governo que já tem uma folha de serviços prestados, não só a esse Estado mas como à própria Nação brasileira, e não pode ficar, evidentemente, ficar sob suspeita que V. Ex.<sup>a</sup> habilidosamente procura levantar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eminente Deputado, as ilações têm que ser tiradas, porque Haroldo Leon Perez saiu do Governo do Estado do Paraná, e brasileiro nenhum tem notícia de qualquer punição a este homem.

O que nós não queremos, portanto, é de que outras ilações sejam tiradas. A história do Sr. Haroldo Leon Perez está aí. O fato de ter entrado um homem digno, que nem o ex-Governador Parigot de Souza, demonstra claramente e é o caso presente. O nobre e honrado Deputado Tuguio Setogutte, me parece, está sendo jogado às feras como foi naquela ocasião o eminente e ex-Governador Parigot de Souza.

Mas os boatos dão conta de que o próprio Golbery, a inteligência do sistema entrou em ação para convencer o Deputado. E leva a especular-se entre outras garantias de que não seria um mandato de apenas vinte meses, mas sim de de quatro anos, pois a prorrogação, diria Golbery, já seriam favas contadas.

De qualquer maneira em Umuarama, que já se apresentou nas gestões anteriores denúncias de corrupção administrativa, agora emplaca mais estes fatos, numa demonstração inequívoca da continuidade de uma administração arenista, desconcertante e eivada de irregularidades e pelo que se nota não pode ser aberta a fiscalização da Oposição, mormente com a eleição de um Prefeito emedebista, que teria assim tempo e meios de demonstrar e provar que a renúncia do Prefeito foi motivada pela corrupção administrativa.

Eleição em Umuarama já dizem, é a última coisa que o Governo do Estado e até Federal desejam. Fala-se já, caso não aceite transformar-se em icamicase o ilustre colega desta Casa, numa intervenção do município. Ora, tudo isto demonstra o medo que a ARENA tem em Umuarama de passar no teste das urnas. E ironia por demais gritante, para quem em apenas dois anos teve a maior vitória eleitoral do Estado.

Bastaram dois anos de corrupção administrativa para que a ARENA, vitoriosa em 76, tenha em 79 mais medo de eleição do que o diabo tem da cruz.

Mas cruz mesmo será a do Prefeito que assumir o município combatido. Como os demais pela carência de recursos e ainda neste, soterrado mar de lama que envolve aquela Prefeitura.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, o restante do horário será ocupado pelo Deputado Adalberto Daros. — (Sem revisão do orador).

O SR. ADALBERTO DAROS — Pergunto à Mesa qual o tempo de que disporia?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Três minutos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, eu deixaria para o horário da liderança de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o apoio do Sr. Deputado Nestor

Baptista, lido da tribuna, Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, com o apoio de diversos Srs. Deputados. — **Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136/78, de autoria do ex-Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o "Recanto do Menor - CEMIC", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, Mensagem n.º 23/79, que dispõe sobre permuta do lote n.º 6, da Quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da Cidade de Guaraniaçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 13/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, oriundo da Mensagem Governamental n.º 04/79, que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governodo Estado do Paraná e o Município de PARANACITY, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51/79, de autoria do Deputado JOÃO ELÍSIO, que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6628, de 17/10/74. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência.

#### PROJETO DE LEI N.º 51/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 1.º da Lei n.º 6.628, de 17/10/74, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL ALCINDO FANAYA JÚNIOR", com sede e foro nesta Capital."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 6.628, de 17/10/74, publicada no Diário Oficial n.º 163, de 21/10/74, declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Em função do crescimento no atendimento assistencial que essa Associação vem mantem-

do, a sua estrutura teve que adotar novas e mais amplas dimensões, o que culminou com a sua constituição em Fundação, para que melhor e mais extenso se fizesse o atendimento filantrópico. Isso se deu através da Escritura Pública, realizada no 7º Tabelião desta Capital, em 30 de janeiro do corrente ano, cujo documento através de fotocópia anexamos ao presente.

Assim, para que essa instituição, uma das mais completas e perfeitas no gênero no Brasil, no atendimento da assistência ao menor surdo-mudo não venha a sofrer restrições nas prerrogativas que lhes são conferidas pelo instituto da declaração de utilidade pública, é que estamos apresentando o presente plano de lei alterando a Lei que em 1974, declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná, hoje transformada em Fundação Assistencial Alcindo Fanaya Júnior. A documentação que anexamos ao presente, comprova a efetiva transformação e demais formalidades legais que permitem a aprovação por esta Casa do projeto de lei que submetemos à consideração desta augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 51/79

De autoria do nobre Deputado João Elísio, o presente Projeto de Lei n.º 51/79, tem por finalidade dar nova redação ao Art. 1.º da Lei n.º 6.628, de 17/10/74.

A referida lei declarou de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto de Surdos-Mudos do Paraná, que através de Escritura pública, transformou-se em Fundação.

Analisando-se o processo através da justificativa e da documentação inserida, deparamos que não existe qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa e sua conseqüente aprovação.

Nestas condições o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

— Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Serei muito breve. Este projeto do Deputado João Elísio, se atém a uma realidade do desdobramento de instituição destinada à promoção social e humana do menor. E no momento em que se discute esse desdobramento, Sr. Presidente, claro que com o voto favorável de toda esta Casa, será hora de se lembrar este assunto na CPI, solicitada pelo nobre Deputado Mário Celso, de atendimento ao menor, porque todos os estabelecimentos de Educação Especial do Paraná, principalmente, no tocante aos menores carentes, estão passando por uma crise seriíssima, principalmente, da falta de recursos. E quando se vê uma instituição como esse Centro de Recuperação Audio-Foniatríca, mantido pela Fundação Assistencial Alcindo Fanaya Júnior, se percebe o que poderia ser feito a nível estadual. Que entretanto, é feito apenas para a região metropolitana de Curitiba, Sr. Presidente, e além disso, atendendo a uma parcela insignificante do universo infantil, carente e necessitado.

Se nós formos observar esta instituição que hoje atende 120 menores, ela teria que ter recursos para atender, efetivamente, cerca de 25 mil menores que estão neste Estado, nesta condição e nesta necessidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Carneiro Netto, ocorrido na cidade de Francisco Beltrão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Carneiro Netto. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel José da Costa Cunha, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Presidente e a Diretoria do Cascavel Futebol Clube pelo reingresso ao Futebol Profissional. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando voto de regozijo a D. Ivo Lorscheiter, pela sua eleição para a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós só queremos, rapidamente, além de dar o nosso total apoio, fazer o registro do que hoje a Igreja Católica vem fazendo em nosso País; e a eleição "in totum" da chapa "Progressista", na eleição ontem terminada na NCBB, atesta efetivamente, o grande compromisso social da Igreja na História contemporânea de nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, através da continuidade de ação que deverá imprimir Dom Ivo Lorscheiter, e, principalmente, pelo atestado que já deu pelos trabalhos executados na Arquidiocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, efetivamente, tranqüilizam os leigos e os cristãos neste País, e, mais do que nunca, dão certeza de que os assuntos de justiça social haverão de estar, continuamente, no primeiro plano de ação da Igreja Católica Brasileira.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SUGAREZI — Sr. Presidente, eu requeiro que o presente requerimento seja endossado, que conste da ata, o endosso total, integral, da liderança do MDB. Esta se posiciona favoravelmente e cumprimenta o Deputado Antônio Facci pela brilhante iniciativa, porquanto traduz, na realidade, o espírito comunitário, social que a Igreja hoje está imprimindo em sua doutrinação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, a iniciativa do Deputado Antônio Facci, realmente preenche a expectativa que nós estamos a viver, principalmente na sociedade religiosa brasileira. E preenche a expectativa não só dos leigos, mas também dos religiosos, que têm procurado se afinar com a política e a doutrina dos direitos humanos; a doutrina da Justiça, da paz, da harmonização dos seres na sociedade; e sobretudo, da missão temporal que tem a Igreja através dos séculos e sobre tudo na época tumultuada em que vive a Nação Brasileira. Eu manifesto aqui a alegria de poder, com a permissão do Deputado Antônio Facci, me incorporar a esta mobilização; a este movimento de apoio, a esta nova frente que a Igreja Católica vem de apoiar, pela sua missão na CNBB

brasileira.

Realmente é progresso dentro do próprio pensamento da Igreja Católica; e não poderíamos deixar, como cristãos, como membros da Igreja Católica, de dar o nosso apoio, o nosso prestígio, e até nos rego sujar, diante das eleições lúcidas, a que chegou aquele Concílio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação o requerimento.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento do nobre Deputado Facci, na verdade, mereceu o apoio, oficializado, não só da bancada da Oposição que já se manifestou, mas também da nossa bancada, da bancada situacionista; pois reconhecemos sem dúvida e sem distinção de bancada; de que a CNBB, tem através dos seus membros, os bispos brasileiros, tomado consciência e tomado posição nos grandes problemas nacionais.

Ainda há poucos dias, estivemos representando nesta bancada, numa reunião episcopal, que os bispos do Estado do Paraná, fizeram e elaboraram um documento, para que se regularizasse a situação das Notas Promissórias Rurais.

Percebemos então que a Igreja ou os Bispos, a CNBB, enfim, além de cumprir com o seu excelente papel de religiosos, vem se preocupando com todos os problemas sociais e econômicos da nossa Nação.

E quando livremente, os Bispos se reúnem e elegem, também democraticamente, o seu Presidente, numa sua Comissão Executiva, não há como a nossa bancada, não se regozijar com este ato.

E também quero deixar registrado de que a nossa bancada, oficialmente, vota a favor do requerimento apresentado pelo Deputado Antônio Facci.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação o requerimento.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Para encaminhar). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como não sou católico mas simpatizante, inclusive engajado, durante muito tempo, nos trabalhos, na Igreja Católica, principalmente da CNBB, não poderia deixar também de manifestar o meu apoio ao requerimento, como uma forma indireta de congratular-me com a eleição de Ivo Lorscheiter para Presidente da CNBB. Realmente ver afirmando-se naquele reverendíssimo bispo, vem se auto-afirmar novamente, a condição já tão defendida pela Igreja Católica, em sua luta, em prol dos direitos humanos; em atender a voz do povo injustiçado, como eles mesmos dizem, os bispos, do "Povo sem voz" — e gostaria de concluir o meu voto favorável, com as palavras de D. Pedro Casadálida, conforme declaração feita em jornal, quando ele diz: — "O Barco está salvo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação o requerimento.

Srs. Deputados que foram favoráveis, permaneçam como estão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando a retirada e conseqüente arquivamento do Projeto de Lei n.º 141/78. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, com o apoio do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Romeu Luís Ciscato Bastos, filho do Prefeito de Guarapuava, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante

do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menor Romeu Luís Ciscato Bastos, filho do Prefeito Municipal de Guarapuava. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Coordenador Regional do INCRA, consubstanciado em pedido de informações sobre a legalidade das áreas de terras tidas e havidas como pertencentes às "Indústrias Lupion Ltda.". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de autorizar concessão de linha de ônibus direto entre Cascavel e Foz do Iguaçu. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, não fora a presença do eminente Deputado David Cheriegate, não viria a esta tribuna para discutir, ou melhor, para encaminhar a votação deste requerimento.

Com todo respeito que tenho a S. Ex.<sup>a</sup>, não posso silenciar, e manifestar a minha posição ante um requerimento desta natureza.

É que, Sr. Presidente, aqueles que militam na vida pública do Oeste do Paraná, conhecem perfeitamente a vinculação que existe do Sr. Vice-Prefeito de Cascavel com empresas concessionárias do serviço de transporte coletivo.

Já houve, inclusive, mandado de segurança em Cascavel, em que uma das empresárias pioneiras de Cascavel, pioneira, e, que, inclusive, colocou o nome de "Empresa Pioneira de Transportes Coletivos de Cascavel", por ser a primeira empresa de ônibus coletivos no setor urbano de Cascavel, e houve uma polêmica acirrada até na justiça de Cascavel, relativamente à usurpação de linhas de ônibus pelo Sr. Vice-Prefeito de Cascavel, cuja impostura levou a esta empresária ao desalento de vender a sua empresa de ônibus, e, hoje, um grupo paulista encampou, comprou aquela empresa de ônibus, e, pela vinculação política, — com a devida vênia que tem S. Ex.<sup>a</sup> o Deputado David Cheriegate, — com o Vice-Prefeito de Cascavel e com o Prefeito de Cascavel, leva-me a crer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que este pedido nada mais seria do que a iniciação do interesse desse Vice-Prefeito em receber a concessão de uma linha de ônibus — falo por hipótese — entretanto, tudo nos leva a crer que é realmente visando o interesse daquele empresário em receber mais uma concessão da linha de ônibus no trajeto previsto nesse requerimento.

Por esta razão, Sr. Presidente, e pedindo aos Srs. Deputados do MDB, para recusar a este requerimento, porque chega da nossa região, o Oeste do Paraná, estar na iminência de sofrer as imposições e o abuso do Poder econômico não só nos pleitos eleitorais, mas, sobretudo, na concessão de várias linhas de ônibus gerando, inclusive, crises, gerando, inclusive, brigas de empresários. Tanto é verdade que a Empresa Cattani, junto com a União Cascavel, tiveram atritos sérios na minha região.

E é preciso, antes de tudo, Sr. Presidente, que os usuários das linhas de ônibus, não fiquem à mercê de homens e empresários que não zelam pelo interesse público, pelo interesse da coletividade. Perdoe-me o Deputado de me posicionar desta forma ante o requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Tenho a impressão que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino está misturando "alhos com bugalhos". Esse requeri-

mento que nós demos entrada nesta Casa, em data de hoje, prende-se ao fato de, depois do início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, existir cada vez mais o interesse de transporte entre essas duas cidades do Oeste do Paraná.

Outrossim, também, gostaria de deixar aqui firmado que a concessão de uma linha de ônibus, a concessão que hoje existe entre a ligação Cascavel-Foz do Iguaçu, é de uma outra empresa de transportes coletivos. E essa empresa tem o direito - e o direito é somente dela - de fazer a ligação entre Cascavel-Foz do Iguaçu.

De maneira nenhuma, pela regulamentação que existe no Departamento de Estradas de Rodagem, outra empresa poderia estrar na concorrência para fazer essa ligação direta entre Cascavel-Foz do Iguaçu.

O nosso requerimento visa somente atender milhares e milhares de pedidos que tenho recebido, principalmente do Município de Cascavel, porque hoje o Expresso Princesa dos Campos faz essa ligação com paradas em Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. E o que estamos pedindo, com nosso requerimento, é somente uma linha direta entre Cascavel-Foz do Iguaçu.

Agora, sobre a maneira como o nobre Deputado Fidelcino Tolentino levou esse fato, nesta Casa, gostaria que Vossa Excelência apresentasse provas sobre essa ligação, sobre esse intercâmbio comercial que poderia haver neste caso.

É só isso que teria a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer como estão. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando a instalação de um mono canal telefônico no Distrito de Ouro Verde, Município de Corbélia. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de Srs. Deputados, visando a reformulação do atual Regimento Interno da Assembléia Legislativa.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

A Mesa solicita aos Srs. Líderes que procedam a indicação dos Srs. Deputados que irão compor a referida Comissão.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Caixa Econômica Federal, no sentido de que informe as razões que levaram aquela agência a abater a importância mencionada no requerimento, a título de juros, do empréstimo contratado pelo Sr. Oscar Martinez.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa atende a solitação do Sr. Deputado e determina ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda a leitura do mesmo.

(É procedida a leitura do requerimento)

Em discussão o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista e Nilso Sguarezi.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a palavra para discutir.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Instituto Brasileiro do Café, bem como aos

Ministérios da Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura, encarecendo para que não seja concedida autorização ao grupo multinacional "Melita do Brasil Indústria e Comércio Ltda., quanto a exploração da moagem e torrefação de café.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário do Interior, pela assinatura do Decreto que trata da captação em curso d'água pelas indústrias instaladas ou que vierem a se instalar no Paraná.— Em discussão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente da Rede Ferroviária Federal de Curitiba, apelando no sentido de estudar a possibilidade da reativação do ramal ferroviário entre Antonina e Morretes.— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, consubstanciado em pedido de informações, sobre quantas propriedades rurais possui o Governo do Estado, e mais um rol de questões sobre as mesmas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, encarecendo agilização nos estudos para a construção da Ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel.— Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Senti-me no dever de pedir para discutir o requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, porque o requerimento formulado pelo ilustre Deputado, que requer reativação e estudos de um terminal ferroviário de Maringá a Campo Mourão, trata-se de uma velha aspiração e de uma velha reivindicação das lideranças daquela região.

Assim sendo, senti-me na obrigação de dizer do meu pensamento e da minha posição com referência a esta pretendida obra.

Na verdade, já em março de 1975, quando nasceu a idéia, das mais variadas lideranças daquela região em especial do Município de Campo Mourão, de pedir, de solicitar e de reivindicar porque assim se achavam no direito de um terminal ferroviário para a nossa cidade - Campo Mourão - aquela idéia transformou-se em solicitação por escrito, partindo do ponto inicial - a Cooperativa de Campo Mourão, que é uma, e isto tenho dito sempre, das mais expressivas cooperativas do nosso País.

Aquela cooperativa, que representa a força máxima da produção de toda aquela região, elaborou um documento, cujo documento foi entregue na mesma época, ao então Ministro do Trabalho, Dirceu Nogueira. Documento esse que retratou o quadro de toda região, documento este que mereceu elogios até de altas expressões políticas, econômicas, e que mereceu também, o adendo por escrito, de todas as entidades assistenciais e aos clubes de serviço daquela cidade de Campo Mourão.

Esse documento traduzia e retratava toda a expressivi-

dade da micro-região de Campo Mourão que é composta de dezenove municípios, todos municípios altamente produtores e esta reivindicação, que teve uma resposta alguns dias depois, de Sua Excelência, o então Ministro dos Transportes, elogiando o trabalho feito pela cooperativa e ao mesmo tempo dizendo que pelos dados que o trabalho apresentava, estava em condição de estudo, de viabilidade daquela pretendida rede ferroviária.

No trabalho da cooperativa, além de retratar a potencialidade da região, apresentava três soluções, por mapas, devidamente bem encaminhadas e esclarecidas. Três opções. Pela ordem.

A primeira seria e é a ligação de Campo Mourão na Central do Paraná, nas imediações de Mauá, o que seria ou que encurtaria o trecho Campo Mourão-Paranaguá.

A segunda opção seria Campo Mourão-Maringá, porque a situação topográfica auxilia grandemente nesta ligação e como Maringá já tem uma estação dotada de algum recurso, então o terminal de Campo Mourão a Maringá seria a segunda pretensão, como foi apresentada pelas lideranças daquele município.

A terceira opção: foi apresentado uma ligação de Campo Mourão-Cianorte. Aí é o trecho mais curto, menos de 60 km demandaria para fazer essa ligação.

Lamentamos de que tivesse ficado na época apenas em estudo de viabilidade, porque confesso aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que as lideranças de toda aquela região, estavam na época, animados e entusiasmados, achando de que a obra verdadeiramente sairia.

No ano de 1976, quando fizemos uma nova movimentação uma busca da conquista desta importante obra para a nossa região, alguns políticos se manifestaram na esfera federal, e o Deputado Darcy Deitos, autor do requerimento, citou muito bem que um deles foi o Deputado Álvaro Dias, mas outros também falaram e eu retrato aqui algumas palavras de um requerimento e de um pronunciamento feito pelo Deputado Norton Macedo, que na época era também Deputado eleito por Campo Mourão.

Dentre muitas outras coisas, diz o Deputado: "Isto entretanto não nos impede de apelar ao contrário, estimula-nos como representante do Paraná e de Campo Mourão, a renovar ao Ministro Dirceu Nogueira, as preocupações das autoridades, das lideranças regionais como faço através deste pronunciamento. Confiante em que o Paraná, esquecido em períodos governamentais anteriores, principalmente, no setor de transporte, continuará a merecer as atenções e o apoio que o Presidente Ernesto Geisel não lhe tem negado. Diante disto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, após mantido com a Diretoria da Modelar Cooperativa Agropecuária Mourãoense, resumo as reivindicações que endosso desta tribuna, já encaminhadas em oportunidade anterior ao Ministro dos Transportes.

A primeira delas - com estudo já realizado e devidamente encaminhado, é a ligação Campo Mourão com o sistema de tráfego da rede ferroviária federal que já mereceu, inclusive, manifestação oficial do Ministério competente. Então, todo esse trabalho já foi feito e, agora, quando vem o Deputado Darcy, que tem se mostrado ativo na sua conduta, que tem se inteirado, perfeitamente, das velhas reivindicações e aspirações do povo da minha região, vem apresentar um requerimento para que se reative a busca desta grande conquista, nós não poderíamos deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer o nosso registro e até nos congratular e parabenizar com o Deputado, por ver que ele se imbuí na busca dos interesses do bem estar de nossa gente; por isso, não poderia ser outra a minha posição representando os meus companheiros daquela região, de votar a favor deste requerimento e, também, de que se encaminhe este nosso pronunciamento para que o atual Ministro dos Transportes perceba que não é um movimento que nasce, agora; que é um movimento que já tem raí-

zes e, raízes profundas na busca do interesse dessa ligação ferroviária.

E me permito mais, pedindo a anexação deste meu pronunciamento a este requerimento, ao ser encaminhado a Sua Excelência o Senhor Ministro dos Transportes, que ele tome ciência de que deve estar arquivado naquele Ministério, a pasta de reivindicação enviada pela Cooperativa que traduz, apesar de já ter sido superada, mais acredito que, pelo que diz, ainda justifica, plenamente, a ligação ferroviária ao Município de Campo Mourão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É legítimo o interesse trazido pelo Deputado representante da Oposição, de Campo Mourão, e que vem enriquecido com a colação dos argumentos pronunciados com tanta relevância pelo Deputado Augusto Carneiro, também de Campo Mourão e representante a situação.

Realmente, Sr. Deputado Darcy Deitos, nós que convivemos com a região há vinte e três anos, com base em Cascavel, neste trajeto que temos percorrido centenas e quem sabe, milhares de vezes, vivendo o dia a dia da angústia dos transportes da nossa região e que, realmente, apenas em parte, veio receber solução através da rodovia, a chamada BR 369, ligando a Região Norte, Noroeste, ao Oeste do Paraná e ao Sudoeste do Paraná. Mas, é antiga a reivindicação e disse muito bem o Deputado Augusto Carneiro; houve, inclusive, no passado, transação imobiliária para que se construísse uma ferrovia naquela área; a empresa Rio Grande-São Paulo, para fazer um terminal ferroviário até alcançar as barrancas do Rio Paraná. E é verdade que, neste País, Sr. Presidente, as nossas autoridades supremas, muitas vezes se esquecem de eleger as prioridades, quem sabe preocupadas nas eleições dos seus subalternos, dos seus prepostos nos vários pontos deste País. E não é menos verdade, Sr. Presidente, que essa reivindicação de fazer, de construir, de se implantar esta ferrovia, quem sabe seja tão antiga quanto a reivindicação de se ligar o terminal ferroviário ligando Guarapuava a Foz do Iguaçu.

E não faz muito, Sr. Presidente, se discutiu na Câmara Federal a ligação destas duas importantes ferrovias, fazendo as ligações necessárias das regiões mais ricas do Oeste e do Norte do Paraná, das regiões que são responsáveis por mais de quarenta por cento da produção de grãos. E a ferrovia do aço tomou o lugar delas para que o Governo construísse a ferrovia do aço preterindo então as ferrovias do soja e a ferrovia requerida pelo eminente Deputado de Campo Mourão.

Não haveria de ser outra a nossa posição, Sr. Presidente, a de apoiar, de insistir, de apelar, de reivindicar com toda a veemência de todos os Deputados, quero crer, da região Oeste do Paraná também, não só desta ferrovia ligando Maringá a Campo Mourão e a Cascavel, mas também e principalmente, Sr. Presidente, e simultaneamente porque não dizer, ligando Guarapuava a Cascavel e Foz do Iguaçu. E nós já fizemos moção neste sentido aqui, na legislatura passada, para que se jungissem os interesses não só do Estado do Paraná ou da região Oeste do Paraná, mas também que se trouxesse o entendimento da prioridade dessas duas ferrovias e sobretudo da ferrovia do soja, a ferrovia que liga principalmente ao Porto de Paranaguá, demandando os nossos produtos para o terminal marítimo que a COTRIGUAÇU construiu no Porto de Paranaguá.

E não foi outro o sentido da nossa participação na Comissão Interparlamentar dos Estados do Sul, participando este modesto Deputado como representante desta Casa, junto

com os Deputados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para buscar, para viabilizar o entendimento do Governo no sentido de implantar a ferrovia do soja, de uma vez por todas e deixar de leguleios com implantação de ferrovias, como é o caso da ferrovia do aço, em que o Governo Federal gastou seis bilhões de cruzeiros e está lá parada essa ferrovia, sem nenhum interesse para os cofres públicos federais, em que a usina que ela haveria de servir está paralisada por falta de recursos públicos, por falta de recursos financeiros para o Governo implantar aquela obra, a gigantesca ferrovia do aço.

Quem sabe até para servir interesses internacionais, da Companhia americana United States Steel que depois de várias gestões no Brasil acabou desistindo do seu projeto. E está aí o Governo brasileiro implicado num volume insofismável de verbas públicas preterindo a interesses agrícolas, onde a nossa região, Sr. Presidente, é uma das mais produtivas do Estado do Paraná.

Não se vê prioridades na construção de ferrovias desta natureza. E hoje quando se debate o problema da energia movida pelo petróleo, derivando essa energia do petróleo, como é o caso do óleo diesel, gasolina e tantas outras, quando se implanta a usina de Itaipu, é de se reivindicar e a bom tempo Sr. Deputado, que o Governo se dê conta da necessidade da implantação da ferrovia que Vossa Excelência requer, como também e principalmente a chamada ferrovia do soja, que tantos outros Deputados antes da nossa passagem por esta Casa já pediram e nós também, neste segmento, neste anseio daquela região, inclusive de carrear divisas para os cofres públicos exportando riquezas, como é o caso do milho que nós produzimos naquela região mais de um milhão de toneladas de milho, dois milhões e trezentas mil toneladas de soja. Mais de um milhão de toneladas de trigo.

É preciso que o Governo agora que se fala tanto em prestigiar a agricultura, é preciso aqui sim, é preciso que o governo prestigie e se dê conta de, nas prioridades, eleger a construção e a implantação de um sistema ferroviário, adequado para transportarmos as nossas riquezas, para trazer como resultado aos cofres públicos municipais, estaduais e federais, tudo aquilo que a agricultura da nossa região produz.

Parabéns, Deputado, e vai aqui a nossa incorporação neste requerimento de Vossa Excelência.

E requeiro também, Sr. Presidente, para que o nosso pronunciamento, seja aduzido neste requerimento, e remetido às autoridades o que o requerimento está aludindo.

Era o que tínhamos a pronunciar, e votaremos favorável ao requerimento.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em discussão o requerimento.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Inicialmente, quero agradecer as palavras elogiosas do nobre Deputado Augusto Carneiro, com quem tenho a honra de dividir a representação do povo de Campo Mourão e de toda a região aqui nesta Casa. Mas, o nobre Deputado Augusto Carneiro, quando ontem demos entrada deste requerimento e que fizemos aí da tribuna, as justificativas necessárias na sua apresentação, não tínhamos a pretensão de que esta reivindicação fosse de hoje, porque bem sabemos de que é uma reivindicação muito antiga de Campo Mourão.

Já se vai o tempo, quando cheguei em Campo Mourão, nobre Deputado Augusto Carneiro, quando Campo Mourão era praticamente de só fama, quando não era pó, era lama. Já se vai no tempo de quando eu ainda era menino, lá em Campo Mourão, vendia pipoca e vendia amendoim na porta do cinema com os meus pés descalços. Porque filho de trabalhador que sou, sei de que essa é uma reivindicação muito

antiga do povo de Campo Mourão.

Lideranças que por aqui passaram sempre fizeram esta reivindicação, e a nossa pretensão, nobre Deputado Augusto Carneiro, nada mais foi e nada mais é, de que acordemos o atual Ministro dos Transportes, para que ele vá nas gavetas do ministério e faça a verificação de que lá está o estudo feito pelo COAMO como bem mencionamos ontem nas nossas justificativas.

Porque aquela região, sempre se ressentiu do seu terminal ferroviário. E Campo Mourão que era uma das principais cidades do Paraná na época, e que ainda é uma das principais cidades, se faz sentir pela pujança que representa na economia do Paraná, e principalmente pela sua economia agrícola, que tem na COAMO a principal cooperativa do Paraná, e a segunda cooperativa do Brasil, com uma capacidade de produção a reclamar esta ferrovia, para que dê escoamento à sua produção até o Porto de Paranaguá, e cujo escoamento seja realmente, a custo barato e não a custos elevados que hoje fazemos com o transporte rodoviário que só tende a encarecer cada vez mais o transporte do soja e de outros produtos primários de Campo Mourão e região, até o Porto de Paranaguá.

E pedi mais neste requerimento, que esta ferrovia seja estendida até a cidade de Cascavel para que fique interligado, com a ferrovia do soja, Guarapuava-Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, quero, inicialmente, me parabenizar não só com o Deputado Augusto Carneiro, Deputado Darcy Deitos, Deputado Fidelcino Tolentino, mas de modo geral com os Senhores Parlamentares. Porque há tanto tempo, Sr. Presidente, que talvez desde o início desta legislatura sinto, percebo que pela vez primeira, esta Casa se preocupou, em todo o seu espaço no Grande, no Pequeno Expediente, no encaminhamento das matérias, com os problemas que afligem e que atingem diretamente a gente paranaense.

Para mim é motivo de imensa satisfação e de alegria. E se eu, Sr. Presidente, pedir para encaminhar o requerimento de autoria do eminente e ilustre Deputado Darcy Deitos, que conheço há tantos anos, que é meu amigo de velha data, que conheço o seu procedimento, o seu caráter, a sua hombridade e o seu feito; o meu conterrâneo, o meu colega, que nascemos e nos criamos na mesma cidade de Reserva, o Deputado Augusto Carneiro; que se juntam ao não menos eficiente, brilhante, destacado Deputado Fidelcino Tolentino. Um representando Cascavel, outros representando Campo Mourão e região.

Eu que estou aqui junto, Sr. Presidente, que estou quase que convivendo com estes Deputados, o mesmo problema, a mesma situação, nós que também pleiteamos, que também fizemos um trabalho nesta Casa, que a Câmara do Município de Pitanga também o fez e enviou ao então Ministro dos Transportes Dirceu Nogueira, que fosse feita uma ligação ferroviária Guarapuava-Pitanga-Mauá, que julgamos ser de grande interesse, de grande vantagem, para o escoamento da produção daquilo que é plantado na região Centro-Oeste do Estado do Paraná.

E nós que estivemos, Sr. Presidente, em 1976, em audiência com o Ministro de então, General Dirceu Nogueira, quando fomos reivindicar a estrada asfáltica denominada 460, que liga Pitanga-Campo Mourão e vice-versa, que tínhamos conhecimento, através da Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, que aquela estrada já tinha deixado de interessar ao Governo do Estado e ao Governo Federal; que haveria, em consequência, um projeto de viabilidade para que esta estrada, a 460, do Rio Muquillão, desviasse à esquerda, em direção à Estrada do Café no dinamismo dos nossos companheiros que estão todos em Brasília e que por certo, haverão de defender,

de honrar o nosso Estado naquela Casa de Leis. Me parablenzo, Sr. Presidente e fico com o requerimento do Deputado Darcy Deitos. Fico com os argumentos, e com o pronunciamento do Deputado Augusto Carneiro para que o mesmo seja aprovado e encaminhado aonde de direito.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrada a discussão. Em votação. - Aprovado.

Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra com satisfação a presença em nossas galerias, do Sr. Prefeito de Cascavel, Jaci Scanagatti.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando a anexação do meu pronunciamento feito da tribuna ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, que solicita agilização de estudos na constituição da ferrovia Maringá-Campo Mourão-Cascavel. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja anexado ao requerimento do Sr. Deputado Darcy Deitos, cópia do pronunciamento deste Deputado apoiando a implantação da ferrovia ligando Maringá-Campo Mourão-Cascavel, bem como fazendo gestão no sentido da implantação da ferrovia Guapuva-Foz do Iguaçu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua

discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo os necessários estudos com vistas à adoção de convênios com os municípios a fim de estabelecer setores específicos de estatísticas e ICM.

**Aprovado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitem o requerimento, queiram levantar-se.

6 Srs. Deputados o aprovam.

5 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 136/78 e 13/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 13 e 14/79.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO -- dos Projetos de Lei n.ºs 51/79.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 20/79, e dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 16, 17 e 18/79.

Levanta-se a sessão.